

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

2023



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Relatório de Atividades e Contas 2023 CATIM

PROPRIEDADE

Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica (CATIM)

CONTACTOS

Rua dos Plátanos, n.º 197 - 4100-414 Porto – Portugal

Porto | Tel. (+351) 226 159 000 | Fax. (+351) 226 159 035

E-mail: catim@catim.pt

<http://catim.pt> | <https://www.projetoscatim.com/>

DATA

março de 2024



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2.1 Recursos Humanos	12
2.2 Sócios / Património Associativo	16
2.3 Análise dos Resultados	17
2.4 Tipificação de Clientes	20
2.5 Tipificação da Origem do Conhecimento	21
2.6 Publicações e Conferências	22
3. UNIDADES ATIVIDADES	26
3.1 Apoio tecnológico – Qualidade, Inovação, Ambiente e Segurança	27
4. CATIM E O SISTEMA PORTUGUÊS DE QUALIDADE	30
5. COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS	32
6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	42
BALANÇO E CONTAS	43
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	49
ORGANIGRAMA DO CATIM.....	69
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	71





ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1 - Custos e Proveitos de Funcionamento Análise Comparativa.....	10
Quadro 2.2 – Custos e Proveitos de Funcionamento Análise Evolutiva	11
Quadro 2.3 - Distribuição dos Recursos Humanos por Nível de Qualificação em 2023	13
Quadro 2.4 - Composição do Património Associativo / Capital Social em 2023.....	16

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1 - Exportações — Taxa de variação e contributo das principais componentes	4
Gráfico 1.2 – Taxa de Desemprego.....	5
Gráfico 1.3 - Variação do peso no PIB dos agregados da despesa (líquidos de conteúdos importado) Face a 2015, em pontos percentuais	6
Gráfico 1.4 – Índice de Preços no Consumidor.....	7
Gráfico 2.1 - Repartição dos Custos de Funcionamento	12
Gráfico 2.2 - Evolução N.º Colaboradores por Categoria Profissional	12
Gráfico 2.3 - Evolução do N.º de Colaboradores por Género	13
Gráfico 2.4 - Evolução do N.º de Colaboradores por Nível de Qualificação	13
Gráfico 2.5 - Evolução do N.º de Estágios Profissionais Promovidos pelo IEFP	14
Gráfico 2.6 - Estágios Profissionais – Empregabilidade após Estágio.....	14
Gráfico 2.7 - Evolução do Investimento na Formação dos Colaboradores (€)	15
Gráfico 2.8 - Evolução dos Recursos Humanos considerado as Entradas e Saídas (Acumuladas).....	15
Gráfico 2.9 - Evolução do N.º de Sócios CATIM.....	16
Gráfico 2.10 - Evolução da Prestação de Serviços, Subsídio à Exploração e Subsídio ao Investimento. 17	
Gráfico 2.11 - Evolução Custos / Proveitos (Prestação de Serviços em k€).....	17
Gráfico 2.12 - Evolução da Faturação per capita e Custos per capita	18
Gráfico 2.13 – Evolução dos Investimentos Realizados	18
Gráfico 2.14 - Evolução do Ativo Líquido, Imobilizado Líquido e Capital Próprio nos últimos anos....	19
Gráfico 2.15 – Evolução da Autonomia Financeira	19
Gráfico 2.16 – Evolução da Faturação por Grupos de Clientes	20
Gráfico 2.17 – Evolução Anual da Faturação Média por Cliente	20
Gráfico 2.18 - Evolução Anual de N.º de Clientes.....	21
Gráfico 3.1 - Contribuição de Cada Unidade CATIM para as Receitas Totais em 2023.....	26
Gráfico 3.2 – Peso de Cada Unidade CATIM nas Despesas Totais em 2023.....	26
Gráfico 3.3 – Ações de Formação Realizadas (Formação Inter e Intra Empresa)	27
Gráfico 3.4 – N.º de Formandos Abrangidos (Formação Inter e Intra Empresa).....	28
Gráfico 3.5 - Volume de Formação (Formação Inter e Intra Empresa)	28



1. INTRODUÇÃO

O Relatório de Atividade e Contas (RA) que o Conselho de Administração do CATIM coloca à consideração dos seus Associados, demonstra que o exercício de 2023 é caracterizado por um aumento de 8%, tanto do lado dos proveitos de funcionamento, como dos custos de funcionamento, em relação ao Plano de Atividades e Orçamento de 2023, não colocando em causa, no essencial, os objetivos do Plano e Orçamento de 2023.

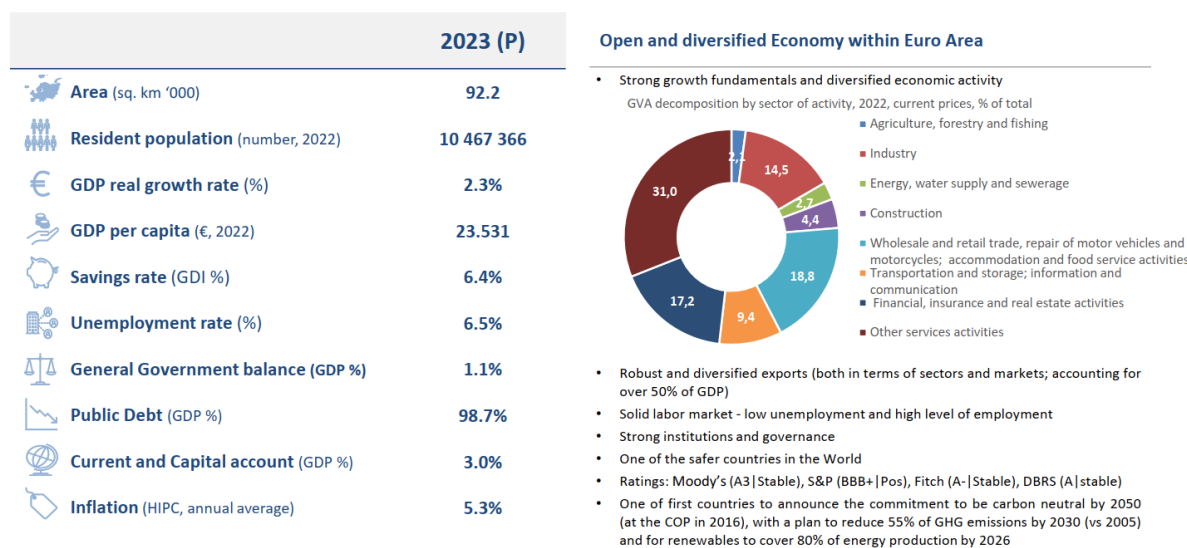
Da análise dos resultados alcançados entre os exercícios de 2022 e 2023, verificou-se um aumento de 12% no total de custos de funcionamento, principalmente derivado do aumento na rubrica de Custos com Pessoal (RA 2022= 3.273.750€ e RA 2023=3.638.747€), em resultado da necessidade de rever a generalidade dos vencimentos de forma a diminuir a crescente rotatividade de Recursos Humanos (RH), permitindo aumentar a atratividade do CATIM para novos colaboradores, contrariando a dificuldade que se tem vindo a verificar ao nível do recrutamento de novos colaboradores. Por sua vez e do lado dos proveitos registou-se um aumento de 19% no total de proveitos de funcionamento, concretamente na prestação de serviços, correspondendo a 13,5% (RA 2022= 4.899.985 e RA 2023 = 5.560.454€). Também se verificou um acréscimo de 42,7% na rubrica “Subsídio Exploração e Outros rendimentos e ganhos (exceto subsídio ao investimento)” em resultado do aumento da participação do CATIM em projetos, especialmente no âmbito do PRR.

A evolução da atividade do Centro, no ano de 2023, esteve em consonância com a situação económica, financeira e social de Portugal e a nível global. A recuperação económica gradual pós-pandemia continuou em 2023, embora com algumas turbulências devido às incertezas globais, associadas à volatilidade nos mercados financeiros e à inflação. Em 2023 continuámos, assim, aprisionados pelos dilemas e processos de conflito, com uma escalada na guerra russo-ucraniana, o conflito Israel-Hamas e consequente encerramento do Estreito de Bab el-Mandeb e do Mar Vermelho pelos Houthis, com a intervenção dos Estados Unidos. Não obstante, a economia portuguesa continuou a ser impulsionada por setores-chave, com destaque para o setor Metalúrgico e Metalomecânico (MM), tendo alcançado em 2023 mais um recorde nas exportações, representando 24.017 milhões de euros, mais 4,3% face a 2022.



Em 2023 Portugal caracteriza-se pelos seguintes grandes números:

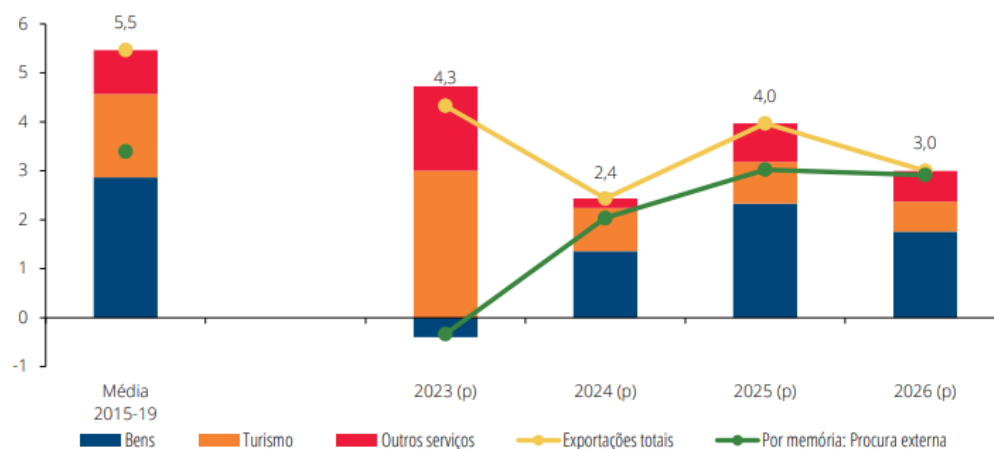
Figura 1.1 – Portugal em grandes números (2023)



Fonte: Banco de Portugal (Projeções para Portugal 2023 – Boletim Económico, Dez. 2023)

Em 2024, perspetiva-se que a procura externa recupere a um ritmo inferior ao do período pré-pandemia. Por sua vez, a componente de serviços deverá registar taxas de variação mais moderadas entre 2024 e 2026. Ainda no período 2024-2026 prevêem-se ganhos adicionais de quota de mercado nas exportações, embora inferiores aos observados no passado recente. Os ganhos de quota nos últimos anos foram relativamente abrangentes, mas destaca-se o desempenho do turismo e de alguns setores de maior valor acrescentado. As importações crescem em linha com a procura global ponderada pelo conteúdo importado, tendo em conta os padrões médios do passado.

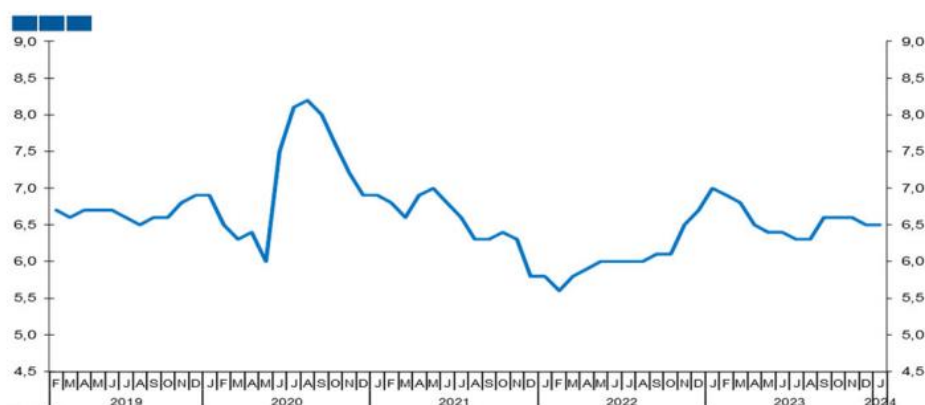
Gráfico 1.1 - Exportações — Taxa de variação e contributo das principais componentes



Fontes: Banco de Portugal, BCE e INE | Nota: (p) - projetado

Assim, as expectativas para Portugal, em 2024, são marcadas por uma mistura de otimismo cauteloso e desafios persistentes. Espera-se que a economia portuguesa continue a trajetória de recuperação, apoiada pelo fortalecimento dos investimentos estrangeiros e o impulso contínuo da digitalização e da inovação. Ao nível global, a incerteza, como os desafios geopolíticos e as flutuações nos preços das matérias-primas e componentes, em grande parte causadas pelos ataques dos rebeldes Houthis a navios no Mar Vermelho e no Golfo de Aden, que dá acesso ao Canal de Suez, obrigando a recorrer a rotas mais longas pelo Cabo da Boa Esperança, traduz-se em atrasos nas entregas, mas também em aumentos de custos, com combustíveis e não só. Os transitários falam já em fretes a custar cinco vezes mais, com potenciais implicações ao nível do aumento da inflação, dificultando, ainda mais, a necessária recuperação económica da União Europeia, o que reforça a necessidade da sua reindustrialização de forma a diminuir a dependência da Ásia, nomeadamente em matérias-primas. Internamente, Portugal enfrenta desafios sociais e económicos, dificuldades ao nível do acesso a cuidados de saúde, na educação e a crise da habitação, a que se junta os baixos salários líquidos, fruto de uma elevada carga fiscal, quer no rendimento do trabalho, quer ao nível das empresas que vivem asfixiadas por uma carga fiscal que as deixa sem margem de manobra financeira. A pressão para reduzir as emissões de carbono e enfrentar os desafios das mudanças climáticas continuará a influenciar as políticas em Portugal e em todo o mundo. A transição para energias renováveis e a adoção de práticas sustentáveis serão aspetos-chave da agenda política e económica de forma a garantir uma transição justa para uma economia mais verde e sustentável. Também a inflação pode permanecer como um desafio em 2024, à medida que os preços de energia e alimentos continuam a subir, embora a um menor ritmo. A aceleração da transformação digital e o aumento da automação podem moldar o mercado de trabalho em Portugal e no mundo, exigindo investimentos em educação e requalificação da força de trabalho para enfrentar os desafios da automação e da inteligência artificial (IA).

Gráfico 1.2 – Taxa de Desemprego

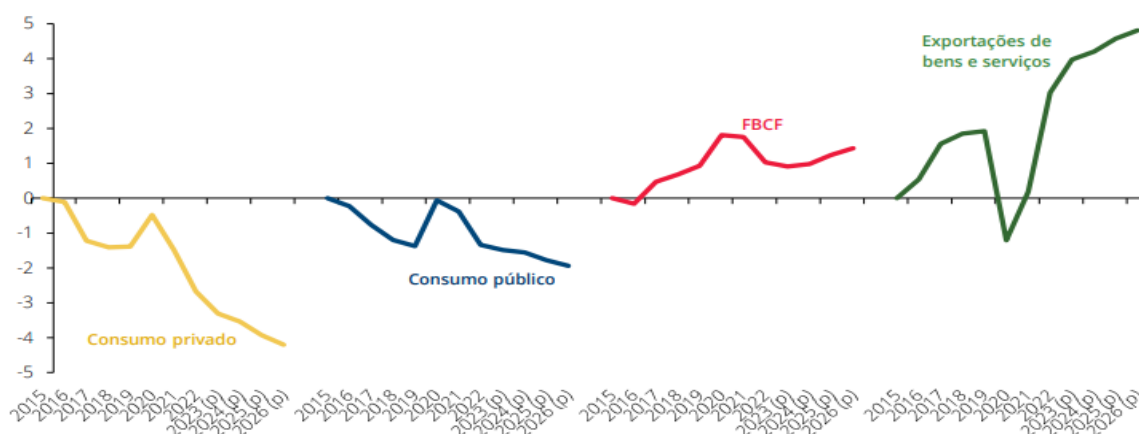


Fonte: INE; **Nota:** Estimativas mensais de Emprego e Desemprego. Dados ajustados de sazonalidade



No boletim económico de dezembro de 2023, o Banco de Portugal (BdP) afirma que “O crescimento da atividade em Portugal poderá ser inferior ao projetado caso se materializem os riscos identificados de origem externa: (i) um agravamento das tensões geopolíticas, com impacto sobre os preços das matérias-primas e a confiança, (ii) uma recuperação mais lenta do comércio mundial, num quadro de riscos de fragmentação geoeconómica ou de abrandamento da economia chinesa, (iii) um impacto superior ao esperado do aperto das condições financeiras, (iv) uma maior persistência da inflação, traduzindo-se em taxas de juro elevadas por um período mais prolongado. Os riscos de origem interna estão associados a um cenário de incerteza na condução da política económica e a eventuais atrasos na execução dos fundos europeus. No caso da inflação, os riscos em alta associados a perturbações nos mercados energéticos são compensados pelos riscos em baixa para o crescimento económico com impacto negativo sobre os preços. O crescimento da economia portuguesa deverá ser baseado no dinamismo do investimento e das exportações”.

Gráfico 1.3 - Variação do peso no PIB dos agregados da despesa (líquidos de conteúdos importado) | Face a 2015, em pontos percentuais



Fontes: Banco de Portugal e INE. | **Notas:** (p) – projetado. Pesos avaliados em termos reais. Os agregados da procura líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias para satisfazer cada componente. Para detalhes sobre a metodologia, ver Cardoso e Rua (2021) “O real contributo da procura final para o crescimento do PIB”, Banco de Portugal, Revista de Estudos Económicos – Vol.7, n.º 3.

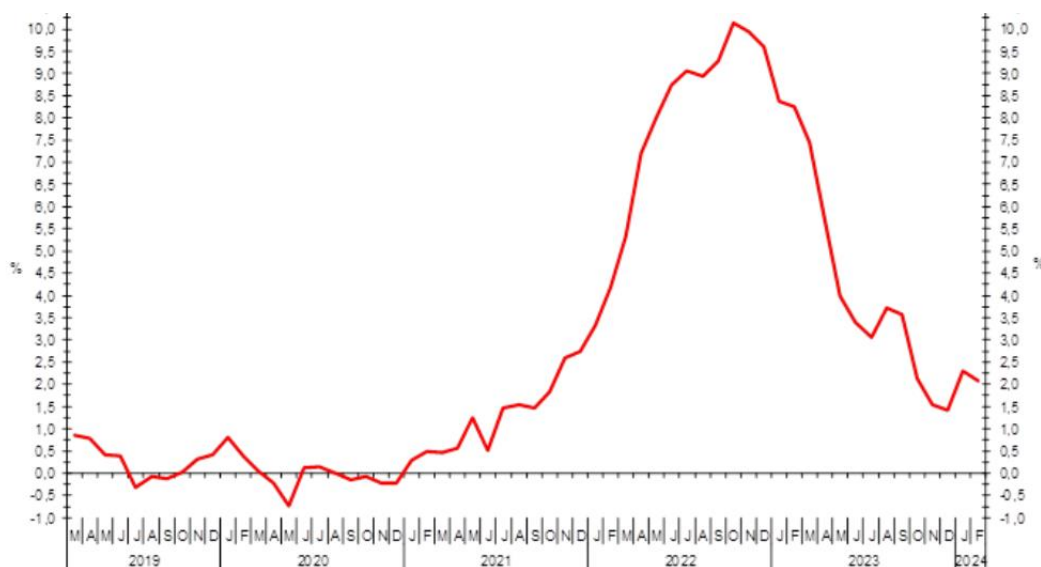
Em 2023, os empresários e as organizações continuaram a enfrentar grandes mudanças e desafios, incluindo a pressão da inflação sobre os orçamentos de empregadores e empregados, o surgimento de IA generativa (sistemas que usam *Machine Learning* e *Deep Learning*), a turbulência geopolítica e geoeconómica. Desde 1 de janeiro deste ano que os BRICS - grupo de países constituído pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - integram mais cinco elementos, com a entrada da Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos (EAU), Etiópia e Irão, que agrega quase metade da população mundial (40%) e um conjunto de recursos petrolíferos (cerca de 44%), o que permite antever uma mudança económica e geopolítica mundial. A imposição do dólar, que começou a consolidar-se logo a seguir à

Segunda Guerra Mundial, pode com isto diminuir a sua importância e haver uma potencial “desdolarização” que provocaria uma alteração na geopolítica e geoeconomia mundial. A 1ª reunião entre Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais do grupo G20 (juntas, as nações representam cerca de 85% do PIB mundial, 75% do comércio internacional e dois terços da população do planeta), que decorreu no Brasil, no final de fevereiro de 2024, terminou mais uma vez sem consenso entre os países-membros, em consequência, em grande parte, da ausência de conectividade na discussão entre geopolítica e geoeconomia.

Em Portugal, e segundo informações do Instituto Nacional de Estatística (INE), em janeiro de 2024 as exportações aumentaram 0,4% e as importações diminuíram 4,5%, face ao mesmo mês de 2023, estando associado ao acréscimo de material de transporte (+13,9%) nas exportações e a diminuição dos combustíveis e lubrificantes (-29,8%) nas importações, sendo que, neste último caso, se verificaram decréscimos em volume (-19,0%) e em preço (-13,4%), tendo o défice da balança comercial recuado de 399 milhões de euros para 1.662 milhões de euros, destacando-se os aumentos das exportações para a Alemanha (+14,0%), sobretudo de material de transporte e de máquinas e outros bens de capital, para Espanha (+3,9%), maioritariamente produtos alimentares e bebidas, e Itália (+21,2%), principalmente material de transporte. No que diz respeito às importações, salienta o decréscimo dos Estados Unidos (-57,8%), maioritariamente combustíveis e lubrificantes, nomeadamente gás natural e óleos brutos de petróleo.

A variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi 2,1% em fevereiro de 2024, taxa inferior em 0,2 pontos percentuais (p.p.) à observada no mês anterior.

Gráfico 1.4 – Índice de Preços no Consumidor



Fonte: INE



Importa assinalar a melhoria das contas públicas: a dívida pública ficou abaixo dos 100% do PIB em 2023 e o Estado fechou o ano com um excedente orçamental de 4,3 mil milhões de euros. Os resultados das eleições do passado dia 10 de março poderão causar instabilidade política, o que afetará a economia em diversos aspetos. É de interesse nacional que esta instabilidade não atrase a execução dos fundos europeus, principalmente o PRR, e não cause desconfiança nos atores económicos nacionais e estrangeiros.

Por último, e recorrendo ao artigo do Expresso de 8 de março, citando o académico e economista Ricardo Reis, que vê na indústria exportadora um motor para sair do ciclo vicioso da estagnação: *“Parece-me que seja qual for a receita para o crescimento ele terá de passar sempre pelas exportações”*. O mercado português, justifica, é pequeno. *“As empresas que vimos crescer nos últimos 10 anos estão sempre associadas às exportações”*, aponta. *Uma visão partilhada pela generalidade dos especialistas ouvidos pelo Expresso: a indústria exportadora é fulcral para um crescimento mais expressivo da economia.*”

Neste contexto, o papel, a intervenção e apoio do CATIM ao setor MM e tecido empresarial em geral é demasiado importante para que os decisores políticos continuem a ignorar o apelo (nosso e das empresas) para a necessidade de alargamento do espaço laboratorial existente.

O Conselho de Administração submete o Relatório e Contas de 2023 à aprovação do Conselho Geral, reafirmando a confiança e o apreço pela colaboração de todos os parceiros, colaboradores e associados.



2. APRECIACÃO GLOBAL



2. APRECIÇÃO GLOBAL

Considerando os valores correspondentes a custos e proveitos de funcionamento, a comparação entre os objetivos estabelecidos no Plano e Orçamento para 2023 e as contas do exercício, mostra um desvio de 8% tanto nos custos como nos proveitos de funcionamento, relativamente aos valores orçamentados.

Quadro 6.1 - Custos e Proveitos de Funcionamento | Análise Comparativa

RUBRICA	ORÇAMENTO 2023	Pro-rata IVA Suportado em 2023 (*)	REALIZADO 2023	DESVIOS	
				VALOR	%
CUSTOS DE FUNCIONAMENTO					
Custos das matérias consumidas	49 000	2 157	38 209	-8 634	-18%
Fornecimentos e serviços externos	2 211 600	120 757	2 202 748	111 905	5%
Outros gastos e perdas	200 200	20 602	218 019	38 421	19%
Custos com pessoal	3 335 000		3 638 747	303 747	9%
TOTAL DE CUSTOS DE FUNCIONAMENTO	5 795 800	143 516	6 097 723	445 439	8%
PROVEITOS DE FUNCINAMENTO					
Prestação de serviços	4 585 000		5 560 454	975 454	21,3%
Sub. Exploração e Outros rend. e ganhos (excep. Sub inv)	2 051 900		1 600 999	-450 901	-22,0%
TOTAL DE PROVEITOS DE FUNCIONAMENTO	6 636 900		7 161 453	524 553	8%
RESULTADOS DE FUNCIONAMENTO	841 100		920 214	79 114	9%
*Pro-rata IVA 2023, não considerado no Orçamento 2023					

**Quadro 2.2 – Custos e Proveitos de Funcionamento | Análise Evolutiva**

ANÁLISE EVOLUTIVA				
RUBRICA	2022	2023	DESVIOS	
			VALOR	%
CUSTOS DE FUNCIONAMENTO				
Custos das matérias consumidas	26 646	38 209	11 563	43,4%
Fornecimentos e serviços externos	1 938 715	2 202 748	264 033	13,6%
Outros gastos e perdas	207 460	218 019	10 559	5,1%
Custos com pessoal	3 273 750	3 638 747	364 997	11,1%
TOTAL DE CUSTOS DE FUNCIONAMENTO	5 446 570	6 097 723	651 153	12,0%
PROVEITOS DE FUNCIONAMENTO				
Prestação de serviços	4 899 985	5 560 454	660 469	13,5%
Sub. Exploração e prov e ganhos operacionais(excep. Sub inv)	1 121 580	1 600 999	479 419	42,7%
TOTAL DE PROVEITOS DE FUNCIONAMENTO	6 021 565	7 161 453	1 139 888	19%

Da análise dos resultados dos exercidos de 2022 e 2023, verificámos um aumento, em 2023, de 12% no total de custos de funcionamento, principalmente derivado de aumento na rubrica de Custos com Pessoal (RA 2022= 3.273.750€ e RA 2023=3.638.747€), essencialmente em resultado da necessidade de rever a generalidade dos vencimentos de forma a diminuir a crescente rotatividade de RH's, permitindo aumentar a atratividade do CATIM para novos colaboradores, contrariando a dificuldade que se tem vindo a verificar ao nível do recrutamento de novos colaboradores.

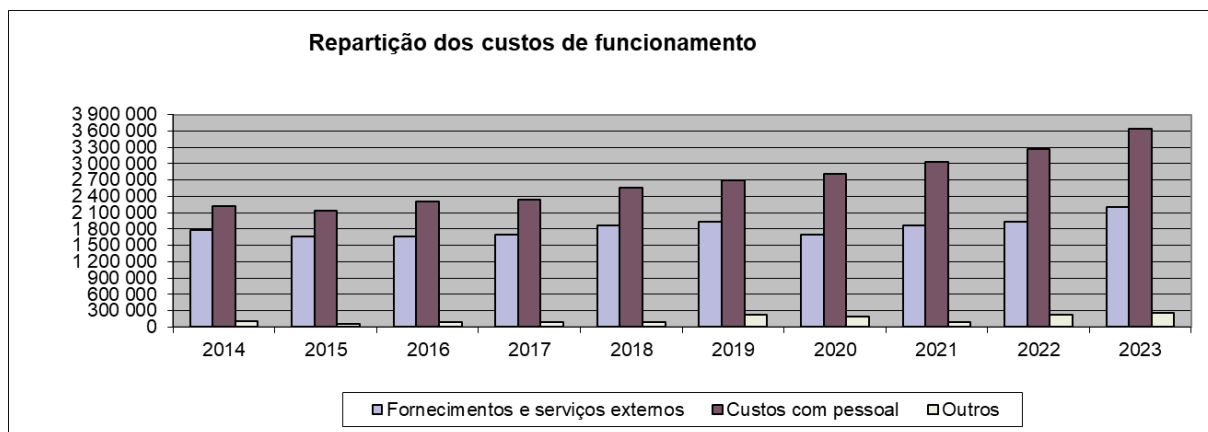
No lado dos proveitos verificou-se, em 2023, um aumento na prestação de serviços, correspondendo a 13,5% (RA 2022= 4.899.985 e RA 2023 = 5.560.454€). Também se verificou um acréscimo de 42,7% na rubrica “Sub. Exploração e Outros rend. e ganhos (excep. Sub inv)” em resultado do aumento da participação do CATIM em projetos, especialmente no âmbito do PRR.



CUSTOS DE FUNCIONAMENTO

Em termos de repartição de custos de funcionamento (não incluindo amortizações e imparidades de dívidas a receber), a distribuição nos últimos anos foi a seguinte:

Gráfico 2.1 - Repartição dos Custos de Funcionamento



2.1 Recursos Humanos

O exercício de 2023 terminou com um total de 110 (7 estagiários) colaboradores:

Gráfico 2.2 - Evolução N.º Colaboradores por Categoria Profissional

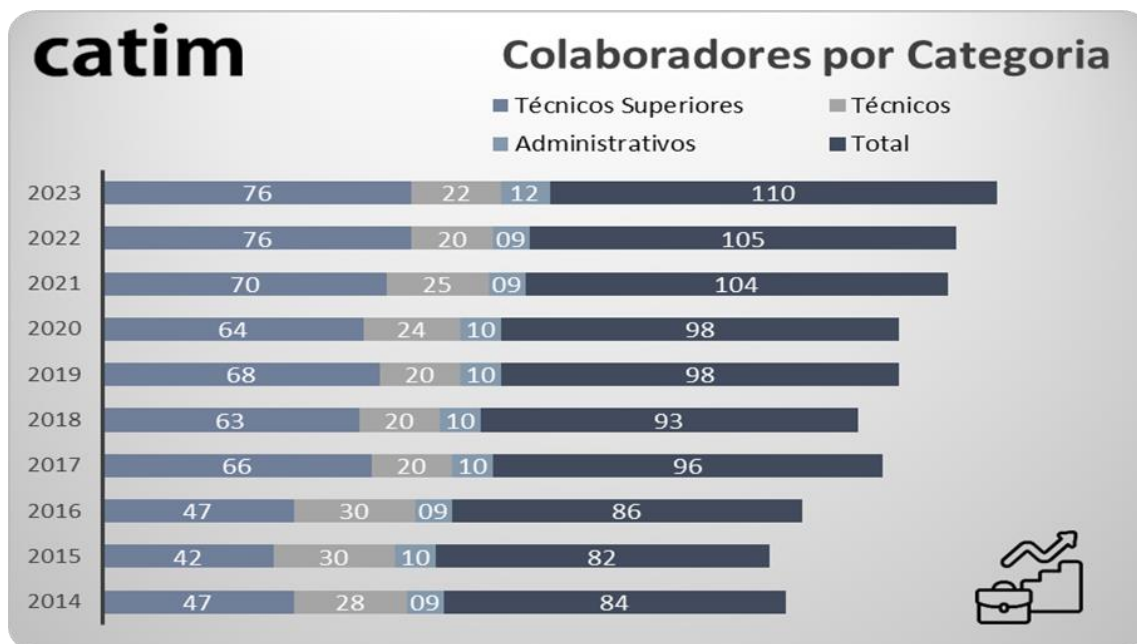
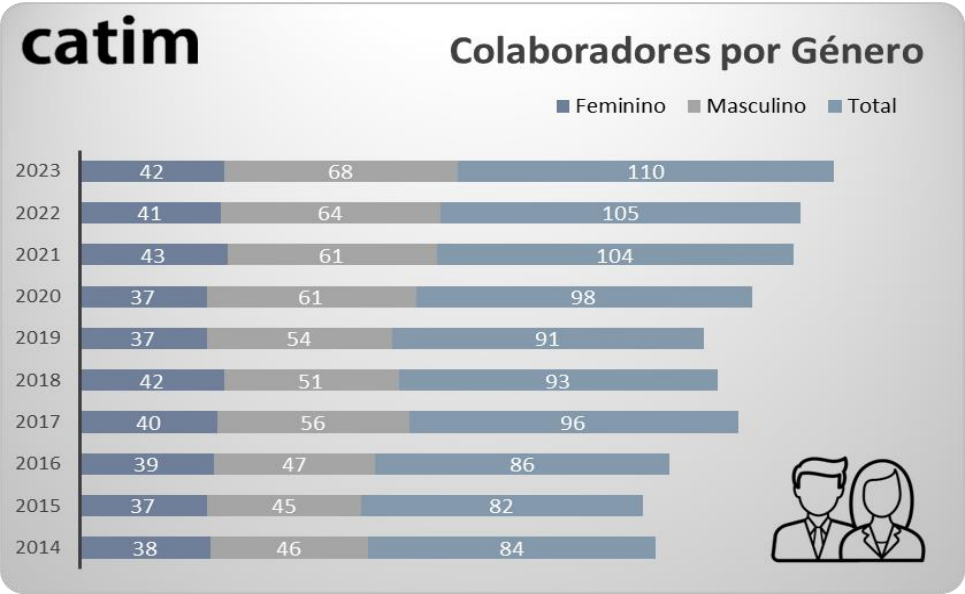




Gráfico 2.3 - Evolução do N° de Colaboradores por Género

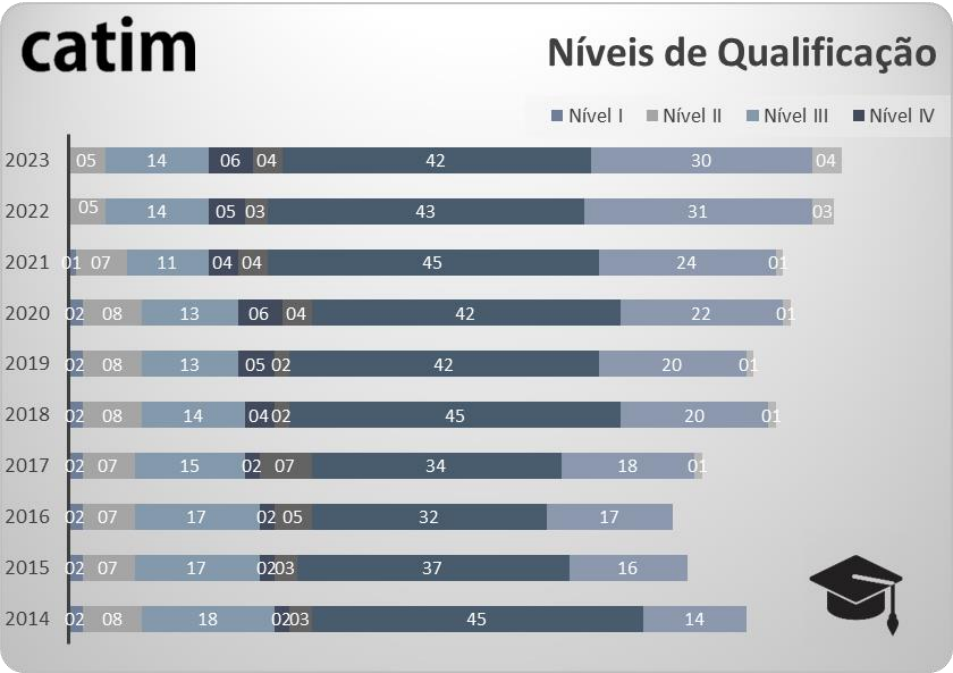


Por níveis de qualificação, no final de 2023 a distribuição dos recursos humanos era a seguinte:

Quadro 2.3 - Distribuição dos Recursos Humanos por Nível de Qualificação em 2023

	Ano	Género	Nível II	Nível III	Nível IV	Nível V	Nível VI	Nível VII	Nível VIII	Total
Género/Nível de qualificação	2023	F	03	02	01	01	24	08	02	41
		M	02	12	05	03	25	19	03	69

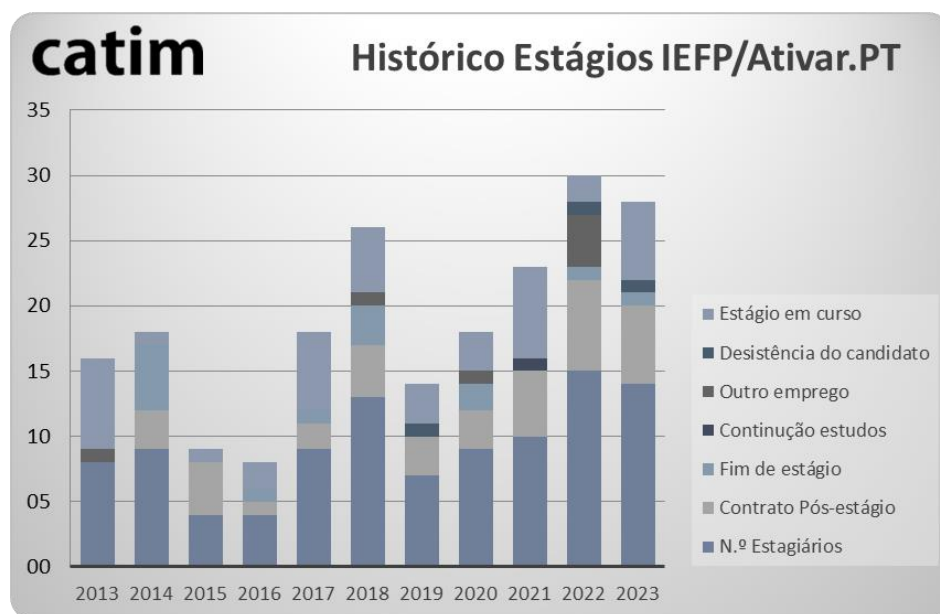
Gráfico 2.4 - Evolução do N° de Colaboradores por Nível de Qualificação





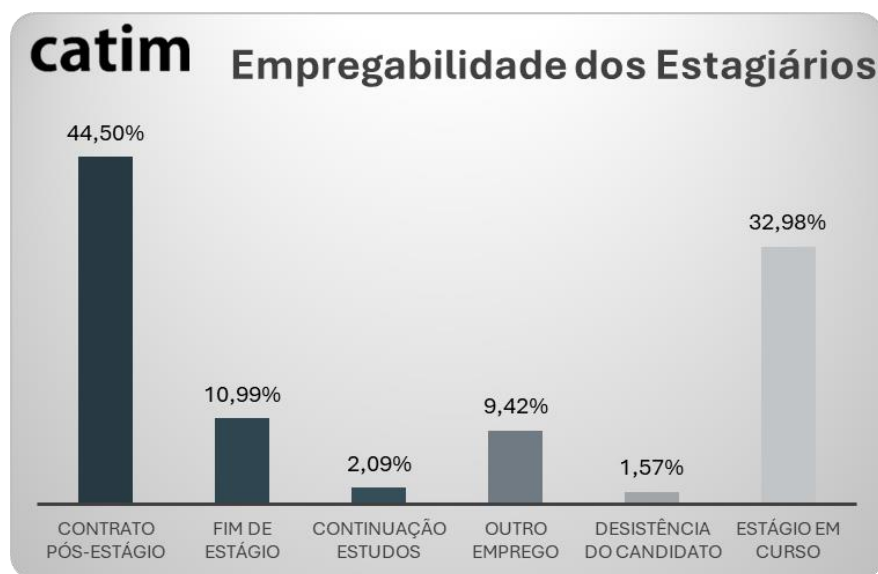
Em termos de responsabilidade social continua a merecer referência a empregabilidade que o CATIM tem proporcionado aos jovens que fazem estágio no Centro Tecnológico, nomeadamente os estágios profissionais promovidos pelo IEFP.

Gráfico 2.5 - Evolução do N.º de Estágios Profissionais Promovidos pelo IEFP



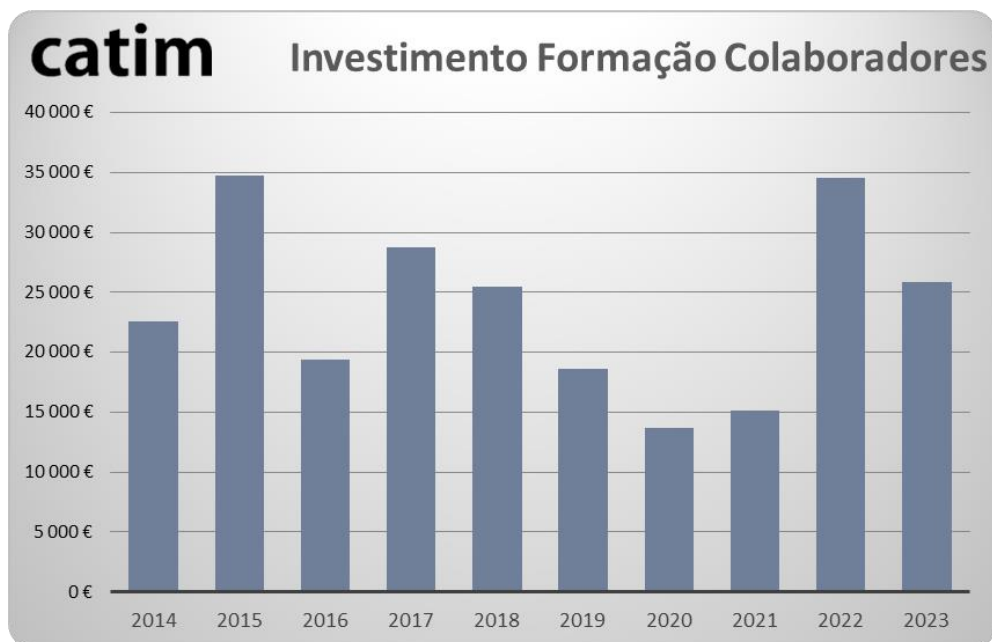
De salientar que dos 191 estagiários acolhidos relativos ao período 1999-2023, 44,5% dos estagiários estabeleceu um contrato de trabalho no CATIM na sequência direta do estágio, conforme indica o diagrama seguinte:

Gráfico 2.6 - Estágios Profissionais – Empregabilidade após Estágio



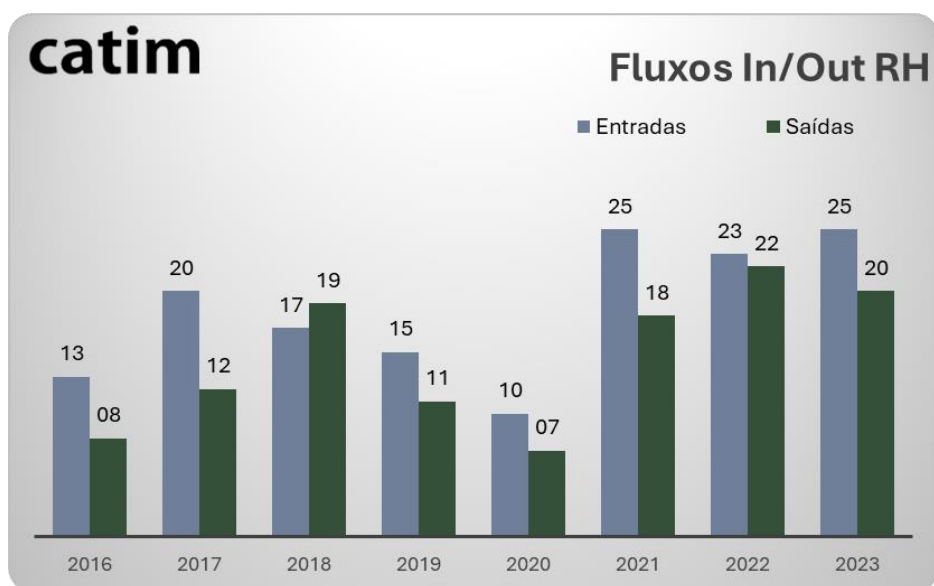
A evolução do investimento na formação, (custos diretos) em continuidade com os exercícios anteriores, e sem que se tenha verificado qualquer apoio, foi o seguinte:

Gráfico 2.7 - Evolução do Investimento na Formação dos Colaboradores (€)



O exercício de 2023 mantém uma elevada rotação de quadros do CATIM à semelhança do exercício de 2022, tendo-se verificado um total de 20 saídas e 25 entradas (RA 2022= 22 saídas e 23 entradas).

Gráfico 2.8 - Evolução dos Recursos Humanos considerado as Entradas e Saídas (Acumuladas)

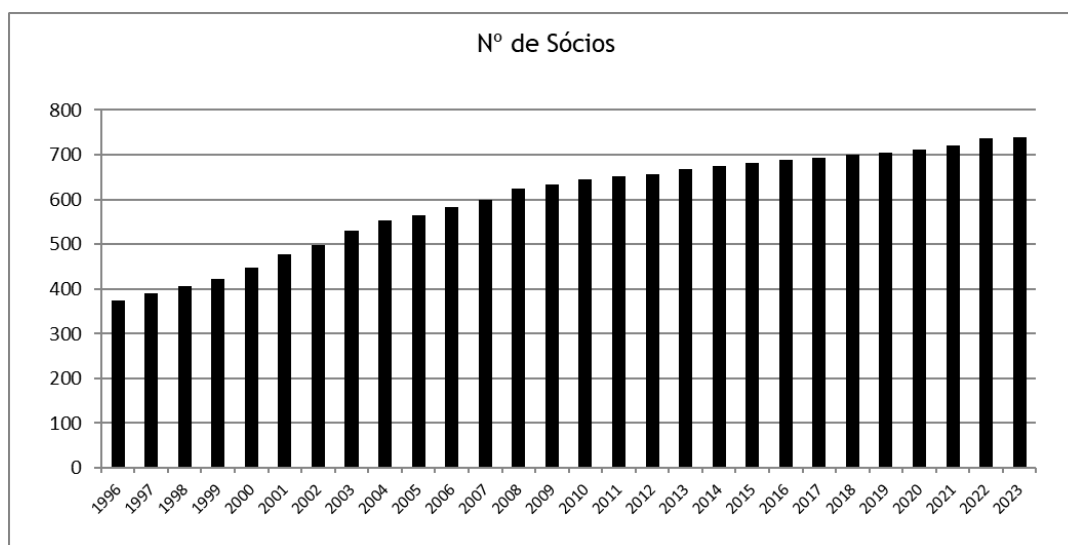




2.2 Sócios / Património Associativo

Em 2023, 3 empresas subscreveram uma unidade de participação cada, ascendendo o capital subscrito a 572.000 euros correspondendo a 739 associados. O crescimento do número de associados nos últimos anos foi o seguinte:

Gráfico 2.9 - Evolução do N° de Sócios CATIM



Quadro 2.4 - Composição do Património Associativo / Capital Social em 2023

Entidades participantes	Número de UP's	Capital Subscrito		Capital Realizado	
		(euros)	(%)	(euros)	(%)
Entidades públicas	133	66.500,00	11,63%	66.500,00	11,65%
Nacional privado:					
Empresas	883	441.500,00	77,19%	440.500,00	77,15%
Associações	124	62.000,00	10,84%	62.000,00	10,86%
Sub-total part.entid. Privado	1.140	570.000,00	99,65%	569.000,00	99,65%
Estrangeiro privado:	4	2.000,00	0,35%	2.000,00	0,35%
Total	1.144	572.000,00	100%	571.000,00	100%

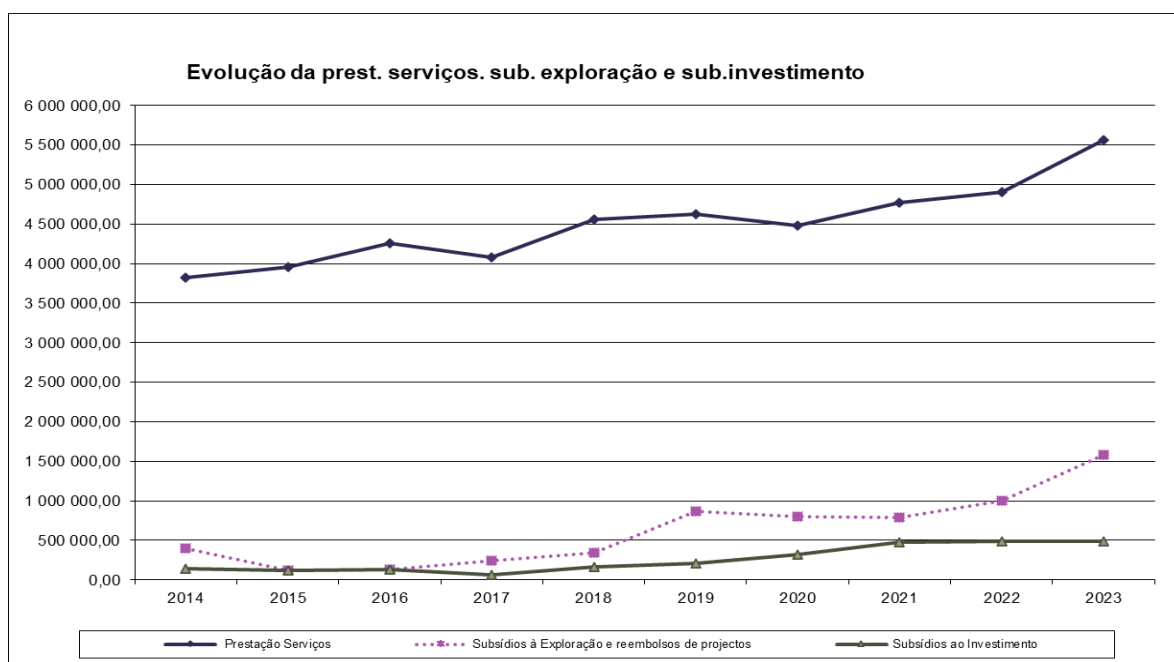


2.3 Análise dos Resultados

PROVEITOS

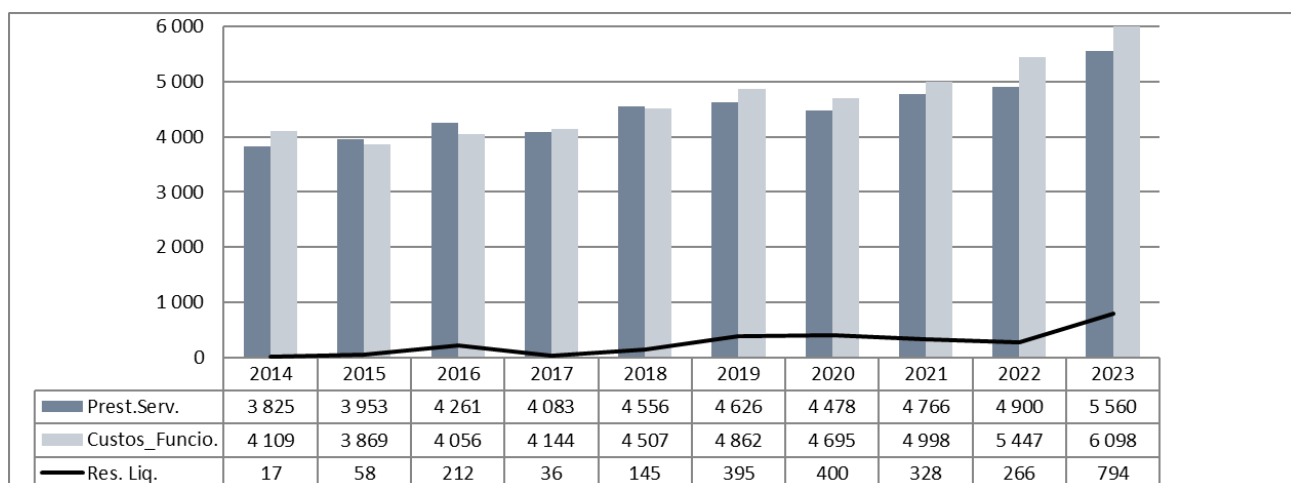
Os proveitos por serviços prestados foram de 5.560.453,98€, a que se adicionam 1.581.850,77€ relativos a reembolsos de projetos e 485.649,43€ relativo a anualização de subsídios ao investimento.

Gráfico 2.10 - Evolução da Prestação de Serviços, Subsídio à Exploração e Subsídio ao Investimento



CUSTOS

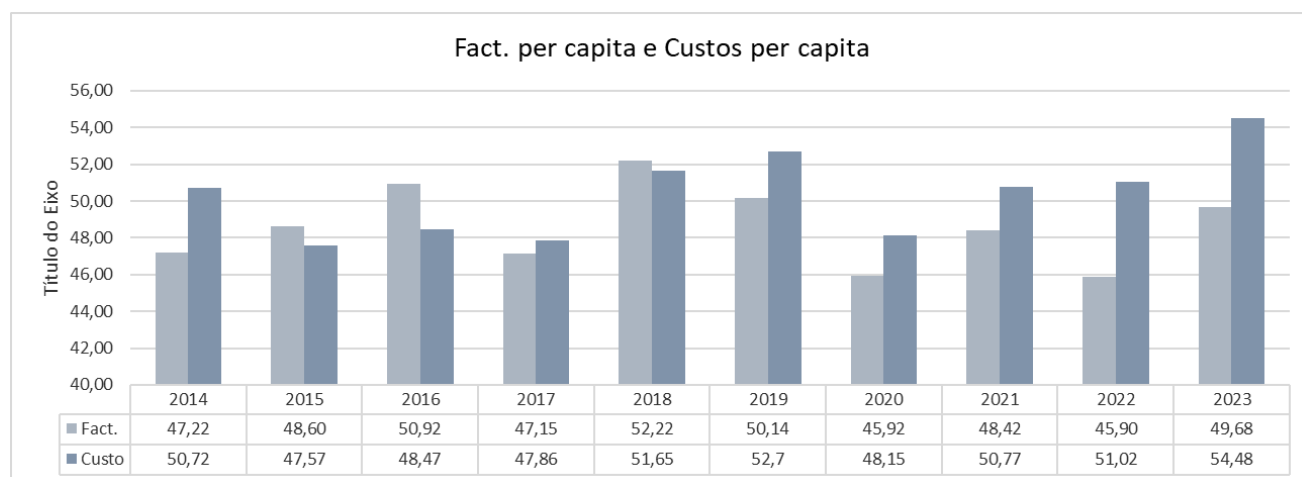
Gráfico 2.11 - Evolução Custos / Proveitos (Prestação de Serviços em k€)





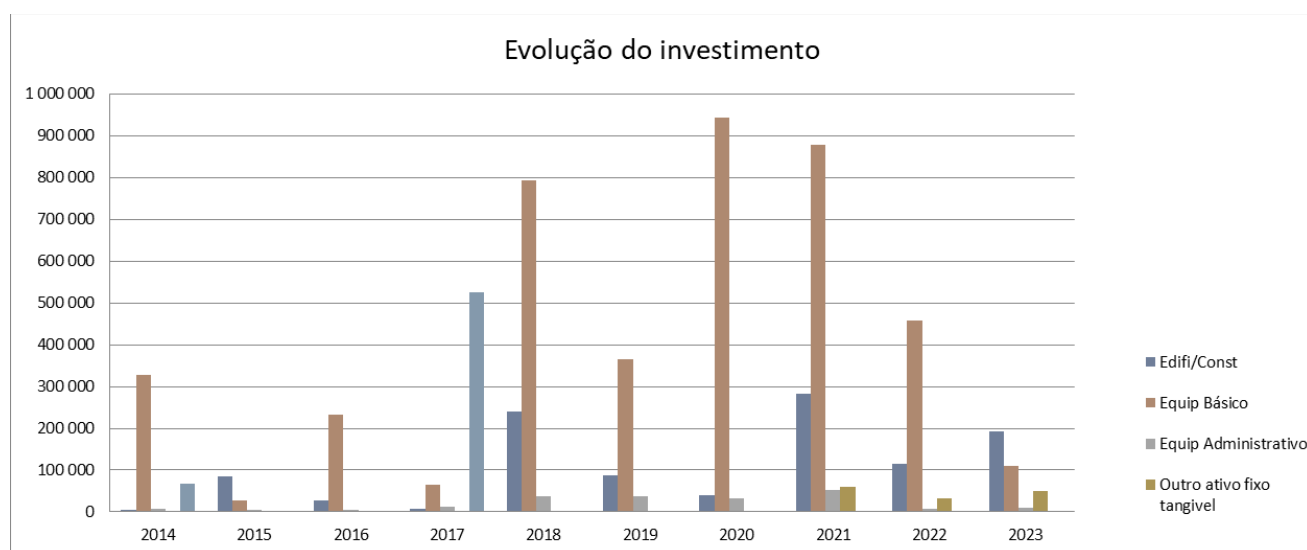
O total dos custos de exploração atingiu 6.097.722,98€ (não inclui Iva suportado), constituídos por 38.208,73€ de matérias-primas, 2.202.748,43€ relativos a fornecimento e serviços externos, 3.638.746,82€ de custos com pessoal e 218.019€ de outros gastos e perdas.

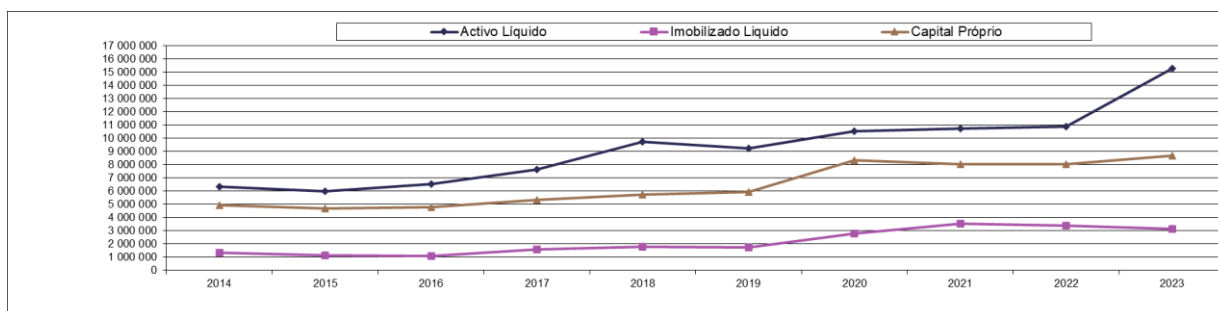
Gráfico 2.12 - Evolução da Faturação per capita e Custos per capita



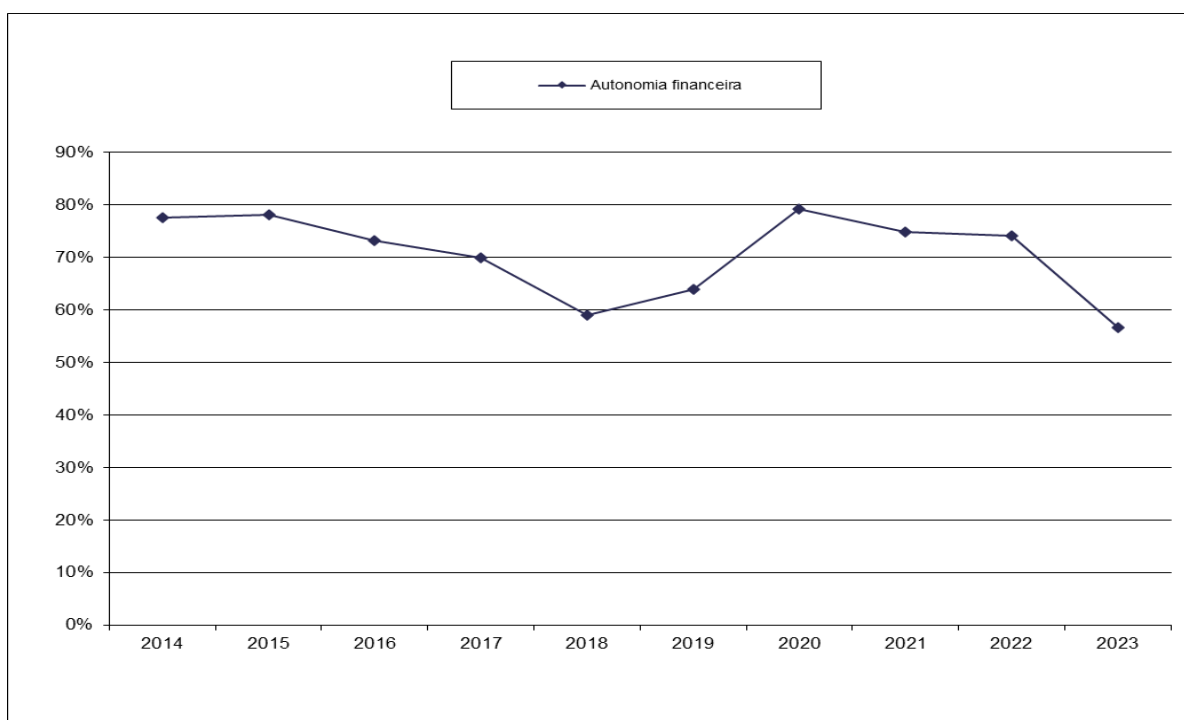
Os investimentos em 2023 foram inferiores aos de 2022, em virtude da ausência de candidaturas no âmbito do apoio à capacitação dos CTI. Caso o financiamento o venha a permitir, concretizar-se-á também a implementação de novo edifício para alargamento do espaço laboratorial do CATIM.

Gráfico 2.13 – Evolução dos Investimentos Realizados



**Gráfico 2.14 - Evolução do Ativo Líquido, Imobilizado Líquido e Capital Próprio nos últimos anos**

A evolução da autonomia financeira do Centro está representada no gráfico seguinte, teve um ligeiro decréscimo face a 2021 em resultado da diminuição do capital próprio em consequência da passagem do valor para subsídio ao investimento:

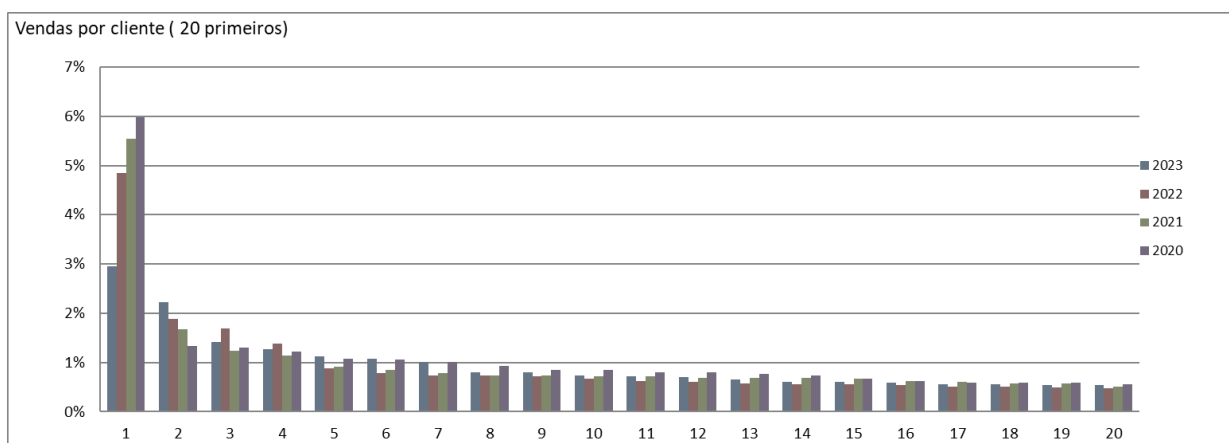
Gráfico 2.15 – Evolução da Autonomia Financeira



2.4 Tipificação de Clientes

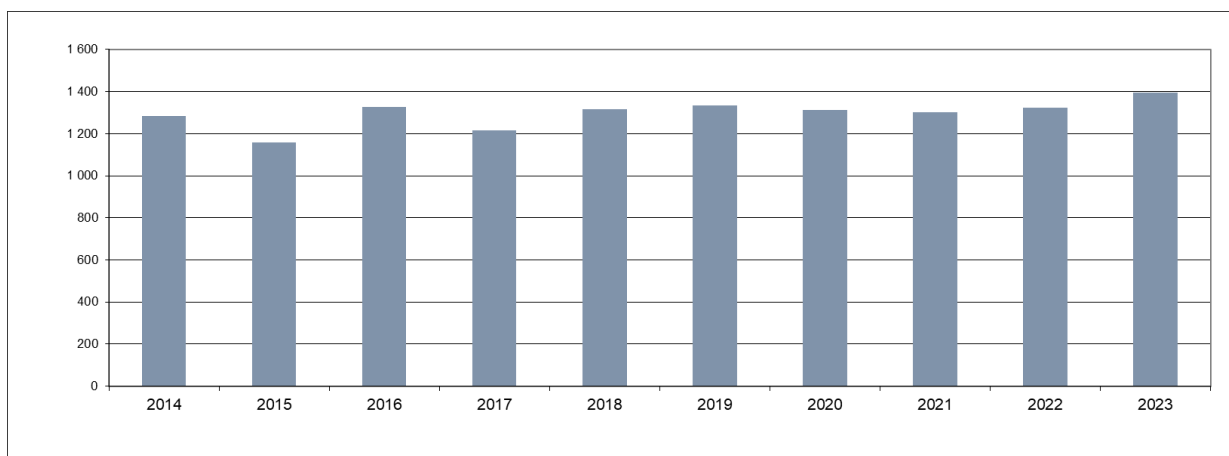
A análise da faturação por grupos de clientes revela uma continuidade na dispersão de vendas, conforme mostra gráfico seguinte:

Gráfico 2.16 – Evolução da Faturação por Grupos de Clientes

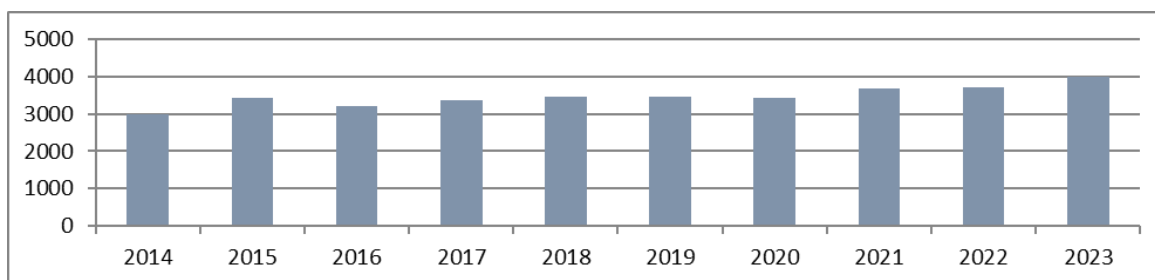


Em 2023 a faturação média por cliente foi de 1.394€, ligeiramente superior à verificada em 2022 (1.324€):

Gráfico 2.17 – Evolução Anual da Faturação Média por Cliente



O número de empresas apoiadas em 2023 foi 3.988, superior ao verificado em 2022 (3.699)

**Gráfico 2.18 - Evolução Anual de N.º de Clientes**

2.5 Tipificação da Origem do Conhecimento

Mantêm-se válidos os vetores do conhecimento referidos como importantes para o CATIM, nos últimos relatórios de atividades:

A experiência acumulada dos seus técnicos, suportada por uma política de formação visando uma elevada qualificação dos recursos humanos, apoiando a participação em ações de formação, e cursos de pós-graduação;

A proximidade ao cliente, o trabalho com as Associações Industriais, designadamente a AIMMAP, a cooperação e o desenvolvimento de parcerias com outras Infraestruturas Tecnológicas e com as Universidades.

A participação em projetos de I&D, nacionais e europeus, fontes importantes de informação e aquisição de conhecimento, bem como o contacto com fornecedores de equipamento e a participação em Feiras Industriais.

A participação ativa na Normalização. O envolvimento nos trabalhos das comissões técnicas de normalização, nacionais e europeias, permite aceder a um acervo formidável de conhecimentos, de enorme importância no contexto da metalomecânica. De modo análogo, e no âmbito das Diretivas Comunitárias merece referência a participação nas reuniões dos Organismos Horizontais e Verticais encarregados de harmonizar as abordagens dos Organismos Notificados.



2.6 Publicações e Conferências

Publicações, Comunicações e Conferências

A divulgação de resultados de projetos, e da atividade do CIT, resultaram em 17 participações e publicações científicas/organizações:

- 1 comunicações em Congressos/Conferências nacionais
- 4 comunicações em Congressos/Conferências internacionais
- 2 publicações em jornal/revista nacional
- 1 publicações em jornal/revista internacionais
- 1 publicação em livros
- 7 outras comunicações
- 1 organização de conferências

Comunicações em Congressos/Conferências nacionais

- Antunes, S., Azevedo, R., Bem-Haja, P., Cotrim, C., **Fernandes, C.**, Pereira, A., Pinto, J. S., Silva, C.F., & Silva, I. (2023). Observatório Português de Fatores Psicossociais Ocupacionais: Desenvolvimento, Avaliação e Intervenção. 6th International Congress on Working Conditions (CICOT2023), 27-29. <https://doi.org/10.5281/zenodo.8344266>

Comunicações em Congressos/Conferências internacionais

- **Araújo, N.**, Cardoso, D., Pelayo, S., & **Rocha, L.** (2023). How to optimize STEM activities among students and teachers: The Think Industry i4.0 project [Post]. Post at International Conference on Education and E-Learning (ICEEL), Riade, Arábia Saudita, june 2023.
- Basto, L., Lopes, I., **Nunes, P.**, & **Pires, C.** (2023). Identifying dependency relationships between events in production systems. FAIM 2023 (32nd International Conference on Flexible Automation and Intelligent Manufacturing). Electronic ISSN 2195-4364
- Battaglia, C., Gaska, A., Marxer, M., **Rocha, L.**, & Savio, E. H. E. (2023). Training for Digital Manufacturing: a multilevel teaching model [Post]. Post at International Symposium on Project Approaches in Engineering Education, São Paulo, Brasil, june 2023.



- Lopes, I., Mendonça, J. P., **Pires, C.** & Sousa, M. (2023). Selecting the method for setting the calibration intervals of metrological devices. FAIM 2023 (32nd International Conference on Flexible Automation and Intelligent Manufacturing). Electronic ISSN 2195-4364

Publicações em jornal/revista nacional

- **Garcia, A.** (2023) Utilização de misturas de hidrogénio com gás natural nos aparelhos a gás. *H2 Magazine*, 7, 14-15. <https://www.ap2h2.pt/download.php?id=259>
- **Teixeira, H.** (2023). A implementação da manutenção condicionada no contexto da Indústria 4.0. *Tecnometal*, 20-29
<https://www.metalportugal.pt/files/documentos/2023122011360436353832643161343338366332.pdf>

Publicações em jornal/revista internacionais

- **Fernandes, C.**, Cotrim, T., & Pereira, A.(2023). Psychosocial literacy at work: The role of digital data, European. *Journal of Public Health*, 33 (2), 160-1488.
<https://doi.org/10.1093/eurpub/ckad160.1488>

Publicação em livros

- **Fernandes, C.**, Cotrim, T. (2023). Intervenção em fatores de risco psicossocial. In Avaliar, intervir e Prevenir os Riscos Psicossociais: Práticas e Recomendações. Eds. Samuel Antunes & Anabela Pereira. Ordem dos Psicólogos Portugueses, Lisboa, Portugal.

Outras comunicações

- Carvalho, M., **Macedo, C.**, Monteiro, A. P., Sentinelo, T., & Tavares, E. (2023). Sustainability disclosure: A case study [Webinar]. International Workshop Accounting and Taxation - IWAT2023, 132-151. https://www.researchgate.net/profile/Ana-Borges-4/publication/369772567_Proceedings_of_the_IWAT2023/links/642c45fb4e83cd0e2f8dcf3d/Proceedings-of-the-IWAT2023.pdf#page=146



- **Fernandes, C.** (2023). Avaliação de Riscos psicossociais para gestores de recursos humanos, na XXXI Semana da Psicologia e das Ciências da Educação, nos dias 13 a 17 de novembro, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- **Ferreira, F.** (2023). Avaliação da performance da metrotomografia para suporte aos processos de controlo da qualidade na indústria, na conferencia CONFMET 2023, organizado pela Sociedade Portuguesa de Metrologia (SPMet), Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal (RELACRE), e pelo Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P. (INIAV), nos dias 16 e 17 de novembro de 2023, no INIAV em Oeiras.
- **Henriques, M.** (2023). Principais Riscos do Setor Metalomecânico, na ação de Sensibilização de Segurança no Setor Metalúrgico e Metalomecânico, no dia 11 de abril, na AIMMAP.
- **Peixoto, A.** (2023). Qualificação de processos de Manufatura Aditiva (Additive Manufacturing), no Ciclo de Seminários de Mestrado em Engenharia Mecânica, no dia 27 de abril, no ISEP.
- **Peixoto, A.** (2023). EGITRON Quality Conference - Mesa redonda - Gestão EMM e SIMME, na Quality Conference - Gestão de Equipamentos de Medição vs SIMME, no dia 28 de junho, na EGITRON.
- **Ribeiro, C.** (2023). Contraordenações - Legislação Ambiental, na ação de Sensibilização de Responsabilidade Civil e Criminal por incumprimento de regras/legislação ambiental, no dia 28 de janeiro, na AIMMAP.

Organização de conferências

- SIMPMET (2023). ISEP, IEP, CATIM, Hospital de São João, Ordem dos Engenheiros, Associação de Municípios do Douro Superior. 26 e 27 de maio.
<https://www2.isep.ipp.pt/simplmet/>



3. UNIDADES | ATIVIDADES





3. UNIDADES | ATIVIDADES

A atividade levada a cabo por cada uma das Unidades, apresenta uma distribuição muito semelhante à verificada nos últimos exercícios, avaliada pela sua contribuição para as receitas e custos do exercício:

Gráfico 3.1 - Contribuição de Cada Unidade CATIM para as Receitas Totais em 2023

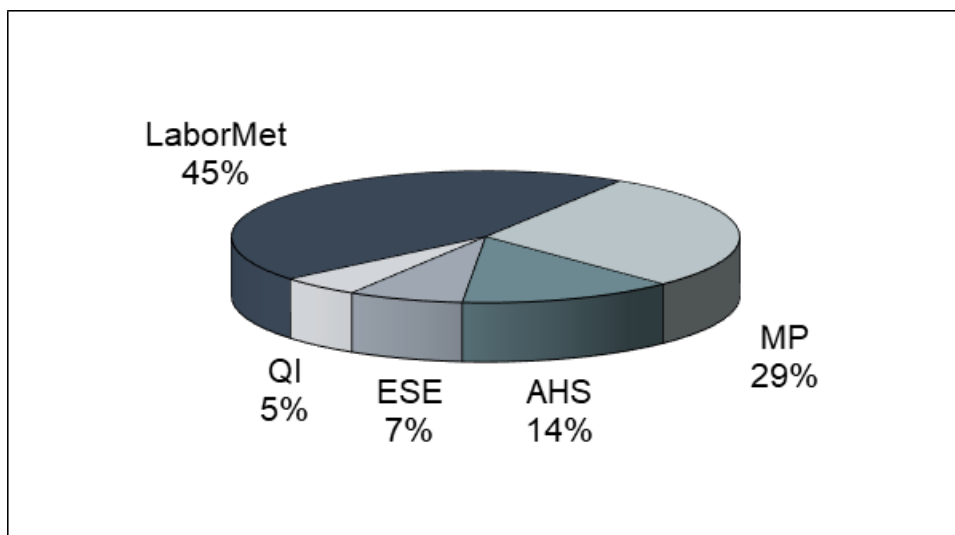
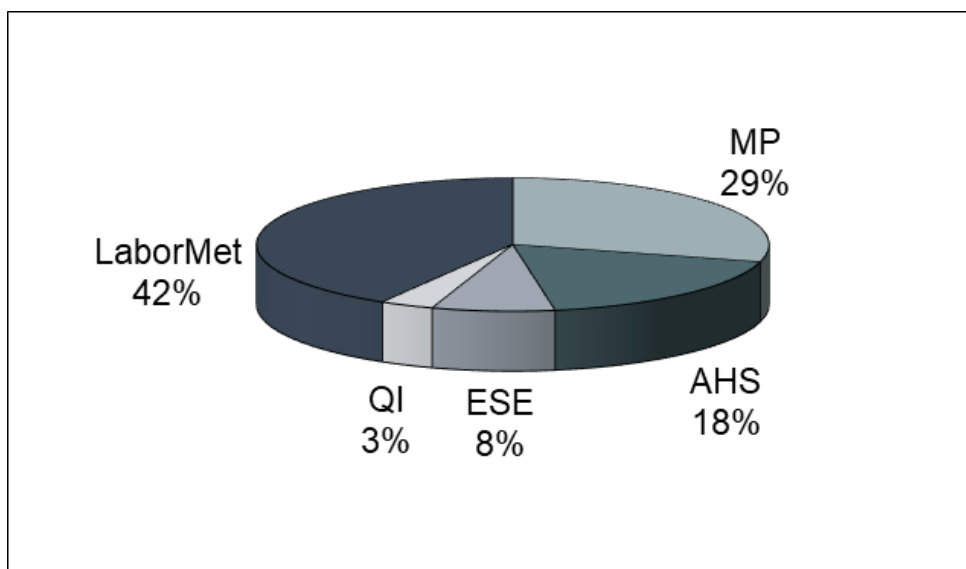


Gráfico 3.2 – Peso de Cada Unidade CATIM nas Despesas Totais em 2023





3.1 Apoio tecnológico – Qualidade, Inovação, Ambiente e Segurança

A Qualidade, a Inovação, o Ambiente e a Segurança constituem domínios de intervenção com carácter horizontal, que continuam a representar uma fatia significativa da prestação de serviços.

Integrado na Qualidade e Inovação, merece uma menção especial a intervenção nas empresas em projetos de melhoria da gestão da qualidade e produtividade, intervenção ao nível de diagnósticos estratégicos, consultadoria.

LABORATÓRIOS

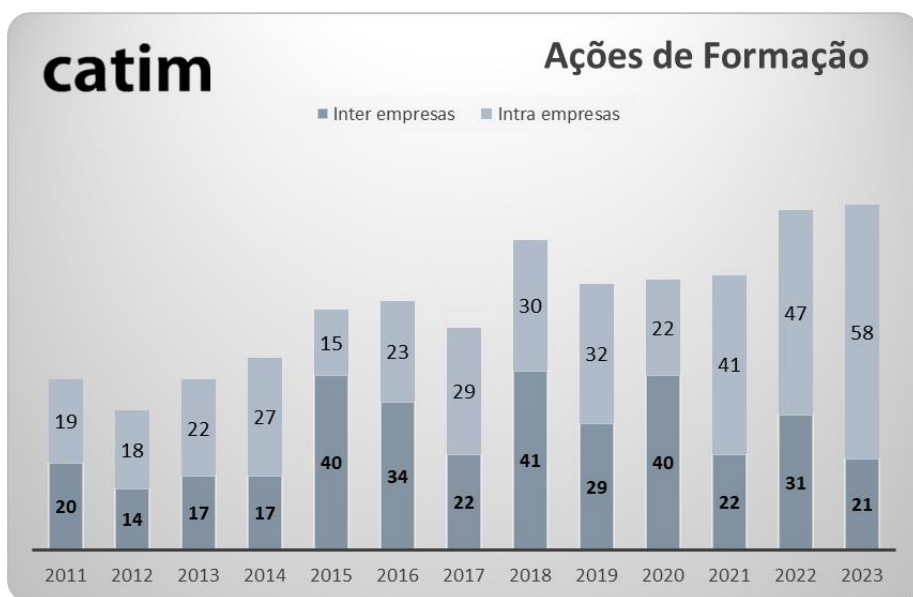
No âmbito dos Laboratórios manteve-se a importância relativa das diversas áreas, destacando-se, em termos de volume de serviços, as áreas dos ensaios de materiais e produtos (MP) e da metrologia (LaborMet).

FORMAÇÃO

O CATIM tem dado continuidade a um programa anual de formação nos domínios em que tem competências próprias, desenvolvendo ações interempresas, e também respondendo a solicitações específicas com ações de formação intraempresas.

Nos últimos anos a evolução da atividade formativa foi a seguinte:

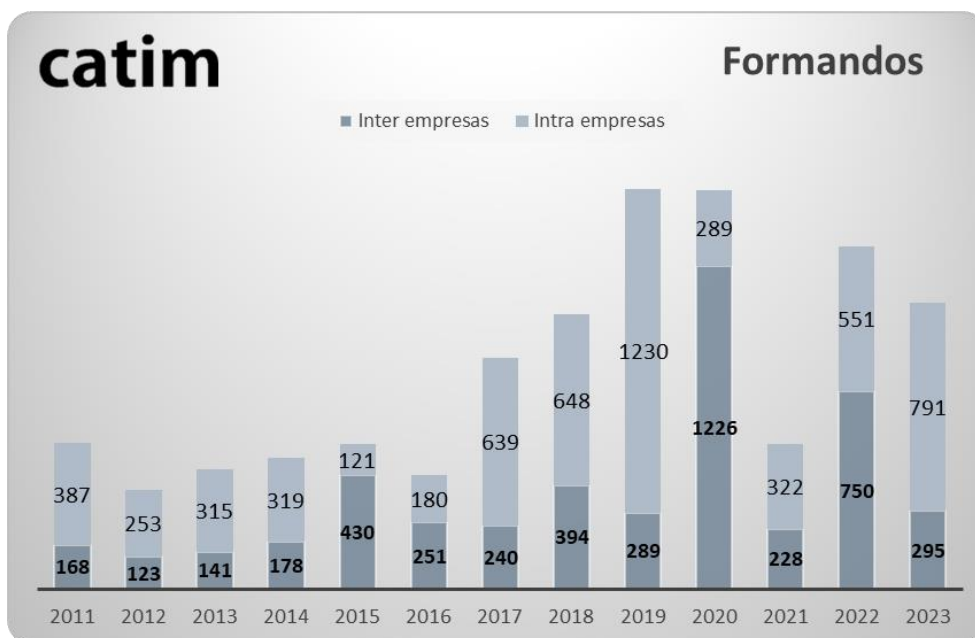
Gráfico 3.3 – Ações de Formação Realizadas (Formação Inter e Intra Empresa)





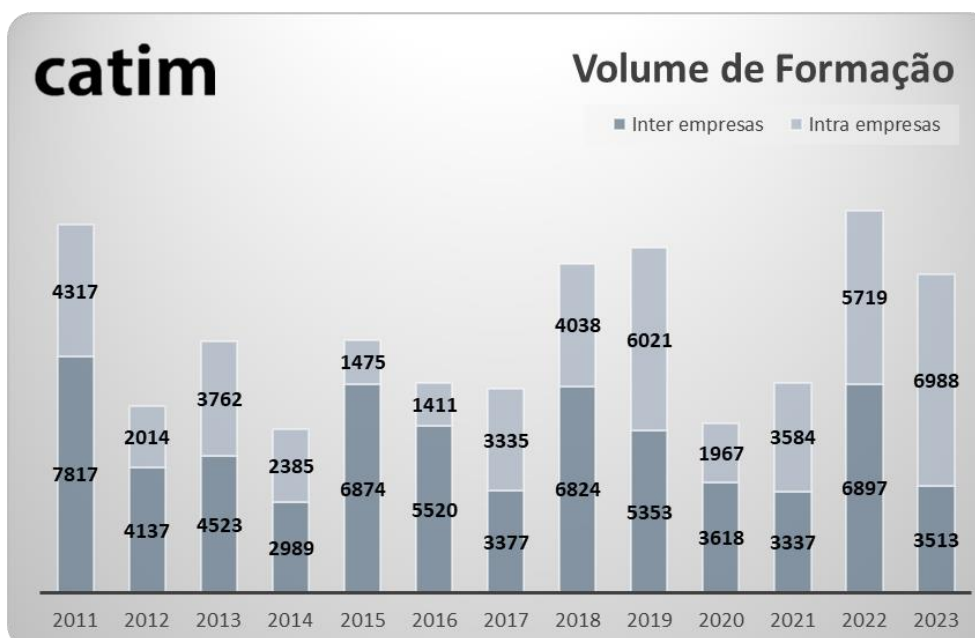
A evolução do número de formandos nos últimos anos foi seguinte:

Gráfico 3.4 – N° de Formandos Abrangidos (Formação Inter e Intra Empresa)



Em termos de volume, horas de formação, a evolução nos últimos anos foi a seguinte:

Gráfico 3.5 - Volume de Formação (Formação Inter e Intra Empresa)





4. O CATIM E O SISTEMA PORTUGUÊS DE QUALIDADE

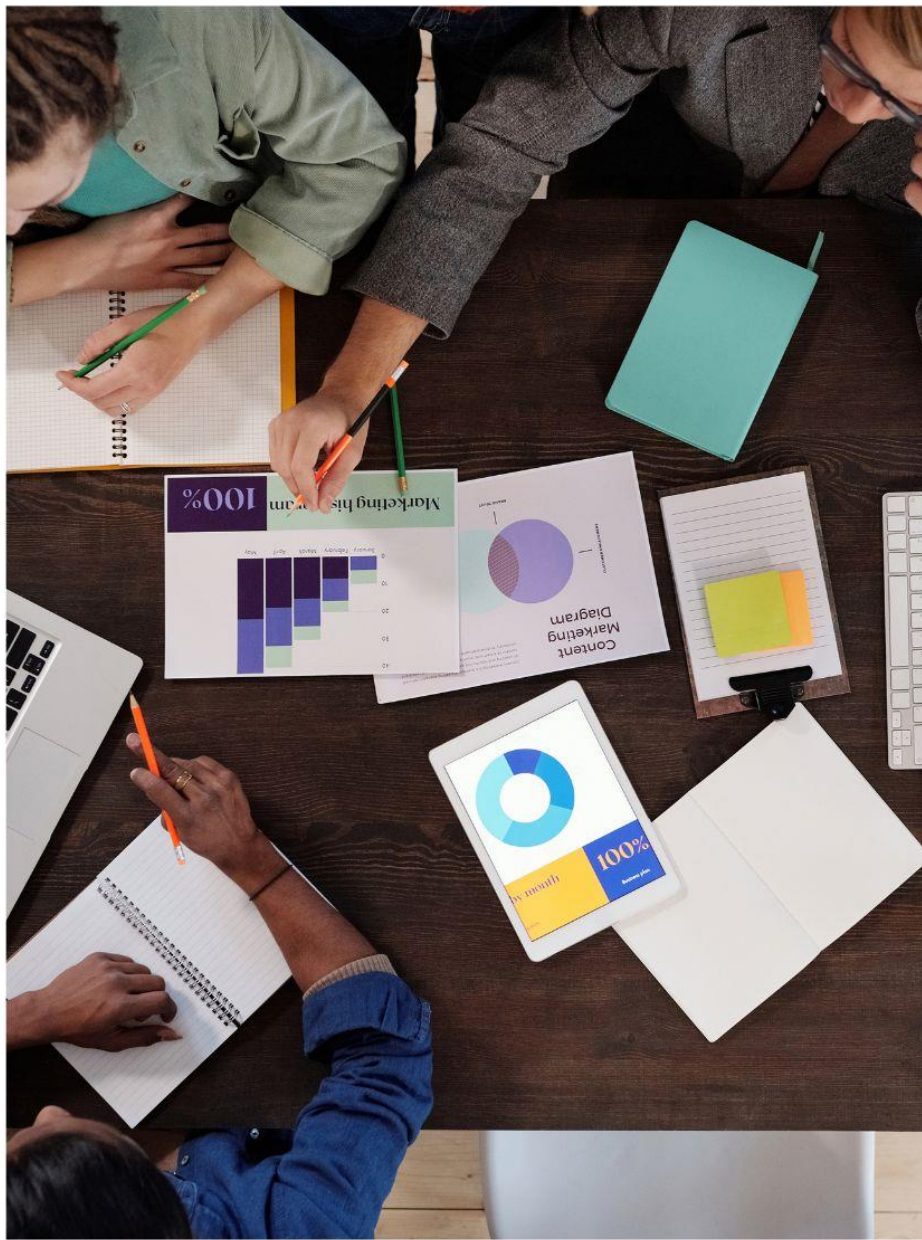


4. CATIM E O SISTEMA PORTUGUÊS DE QUALIDADE

O CATIM continuou em 2023 a manter um forte envolvimento no Sistema Português da Qualidade. Enquanto Organismo de Normalização Sectorial, são agora abrangidos os seguintes domínios:

- Aparelhos termodomésticos e termoindustriais que utilizam combustíveis sólidos, gasosos e líquidos.
- Louça metálica (à exceção de aspetos relacionados com o contacto com os géneros alimentícios).
- Cutelarias e objetos decorativos e de mesa revestidos a prata.
- Componentes metálicos para canalizações.
- Máquinas-ferramenta.
- Máquinas para trabalhar madeira.
- Artigos de puericultura e brinquedos.
- Equipamento de elevação, excluindo ascensores e monta-cargas, escada mecânicas e tapetes rolantes.
- Metais.
- Portas, janelas, fachadas, cortina, cerramento de vãos e respetivos acessórios metálicos.
- Corrosão metálica.
- Manufatura aditiva.
- Robótica e automação industrial.
- Instalações por cabo para o transporte de pessoas e mercadorias.

Atualmente o ONS CATIM coordena 16 Comissões Técnicas Nacionais.



5. COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES E PROJETOS



5. COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS

PROJETOS & TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

Enquanto entidade de interface entre o sistema científico e tecnológico (nacional e internacional) e o tecido empresarial, o CATIM tem vindo a despenhar um papel crucial no aumento do fluxo de conhecimento e tecnologia, promovendo o desenvolvimento de ligações e sinergias, fomentando o investimento das empresas em atividades de I&D, enquanto fatores de diferenciação e afirmação, apoiando o desenvolvimento e introdução de novos produtos e serviços no mercado. Neste contexto, importa destacar a crescente aposta em projetos de transferência de conhecimento e projetos de colaboração no domínio da I&D, recorrendo aos instrumentos de apoio financeiro disponíveis, nomeadamente aos fundos que decorrem do quadro comunitário de apoio.

No quadro seguinte são identificados os projetos em executados e em execução:

	PENSE INDÚSTRIA 4.0: Este projeto em copromoção tem como objetivo principal a atração de jovens para a indústria, demonstrando oportunidades de desenvolvimento profissional aliciantes e dando-lhes acesso a experiências motivadoras. Com atividades dinâmicas, o projeto atua ao nível da sensibilização, atração e capacitação dos jovens do 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário, para as áreas de saber e profissionais no âmbito de IoT (Internet of Things), tecnologias, digitalização, inovação, empreendedorismo, design e criatividade, descarbonização e transição energética, economia circular e sustentabilidade. O Pense Indústria i4.0 conta com o apoio do Compete 2020, no âmbito da medida SIAC - Sistema de Apoio a Ações Coletivas - Promoção do Espírito Empresarial, e envolve um consórcio de sete Centros Tecnológicos: CITEVE, CATIM, CENTIMFE, CTCOR, CTCV e CTIC. Projeto concluído em 2023.
---	---



	MOBILIZADOR PRODUTECH4S&C: O Programa mobilizador PRODUTECH SUSTENTÁVEL & CIRCULAR, aprovado pelo COMPETE2020, visa o desenvolvimento de soluções inovadoras, sustentáveis e circulares com impacto na fileira das tecnologias de produção. É coordenado pelo CATIM e compreende um consórcio constituído por 24 parceiros, entre os quais 13 empresas e 11 entidades do sistema científico e tecnológico nacional. Projeto concluído em 2023.
	Train4DiM: Aprovado no âmbito do Programa ERASMUS+, o projeto <i>“Training for dimensional metrology in digital manufacturing”</i> visa a elaboração de um programa de formação para diversos níveis de público-alvo - ensino secundário profissional, ensino superior e Indústria - cobrindo tópicos de desenvolvimento e conceção de produtos, manufatura e controlo dimensional (metrologia). A parceria é constituída pelo CATIM, o NTB (Suíça), a Universidade de Pádua (Itália), a CMTrain (Alemanha) e a Universidade Técnica de Cracóvia (Polónia), sendo este último parceiro o coordenador do projeto. Projeto concluído em 2023.
	CORIM - Collaborative tool for operational risk management: aprovado pelo Norte2020, tem como objetivo introduzir um novo conceito de gestão integrada dos riscos operacionais em contexto industrial, através de uma ferramenta colaborativa que permitirá suportar a tomada de decisão sobre as ações para tratamento do risco. O consórcio é constituído por duas empresas, a Pragmasoft - Sistemas de Automação e Controlo Lda e a ETMA - Metal Parts, e por duas entidades não empresariais, o CATIM e a Universidade do Minho. Projeto concluído em 2023.
	SIMME - System for Intelligent Management of Measuring Equipment: aprovado pelo Norte2020, tem como objetivo proporcionar uma solução inteligente e avançada para auxiliar a gestão dos Equipamentos de Medição e Monitorização (EMM's) colmatando assim as dificuldades e os constrangimentos que as empresas industriais têm frequentemente relatado neste domínio. Este projeto é liderado pela empresa EGITRON - Engenharia e Automação Industrial, Lda, e tem ainda como parceiros a SOCORI - Sociedade de Cortiças de Riomeão S.A, o CATIM e a Universidade do Minho. Projeto concluído em 2023.



	INTERAKHTool_CATIM - Interact Tool for Knowledge Transfer – aprovado pelo Compete 2020, tem como objetivo reforçar a atividade de valorização, transferência e difusão de conhecimento, dirigida ao tecido empresarial, destacando-se a criação de um novo canal e formato de comunicação, que terá como suporte a tecnologia de realidade virtual não imersiva. Projeto concluído em 2023.
	FabLabs - Developing competences on the Internet of Things through digital fabrication laboratories - aprovado no âmbito do Programa ERASMUS+, este projeto visa a elaboração de conteúdos pedagógicos sobre o tópico de IoT para Fablabs a nível do Ensino Superior. A parceria é constituída pelo CATIM, Ljubljana University (Eslovénia), CESGA (Espanha), Univerdad de Vigo (Espanha), BIBA (Alemanha) e T2i (Itália). Projeto em curso até 2025.
	TWING – Exploring the contribution of social dialogue and collective bargaining in the promotion of decent and productive telework in the post-Covid scenario – aprovado pela Comissão Europeia, o projeto visa explorar o impacto da COVID-19 no teletrabalho, nas condições de trabalho e nas relações laborais, com o objetivo de apoiar os parceiros sociais na promoção do teletrabalho produtivo e digno no cenário pós-COVID-19. O consórcio envolve seis centros de investigação NOTUS (Espanha), FORBA (Áustria), YJU (Finlândia), IPA (Polónia) e UNL (Portugal); e cinco parceiros associados. Enquanto parceiro associado, o CATIM contribuirá para a discussão científica e disseminação dos resultados do projeto. Projeto em curso até 2024.
	PRODUTECH (E)DIH – aprovado pela Comissão Europeia, no âmbito do programa “Europa Digital” (Digital Europe Programme (DIGITAL)), este projeto tem como objetivo promover a digitalização da indústria, por via da intervenção direcionada às tecnologias a montante e de produção, alavancando o papel que estas assumem na transição digital (verde e competitiva) da indústria e o seu posicionamento para a produção de

	respostas às necessidades horizontais e de transformação dos diversos setores da indústria transformadora. Projeto em curso até 2025.
	PACTO DE INOVAÇÃO PRODUTECH R3 – O Mobilizador PRODUTECH R3 (Recuperação-Resiliência-Reindustrialização) - Agenda Mobilizadora da Fileira das Tecnologias de Produção para a Reindustrialização, aprovado no âmbito do PRR, tem como promotor líder a empresa COLEP Packaging Portugal S.A, e reúne uma massa crítica de empresas da Fileira das Tecnologias de Produção e dos principais setores da indústria nacional e entidades do sistema científico e tecnológico nacional, congregando 101 empresas e organizações. Este projeto constitui-se num pacto de inovação que tem como objetivo capacitar a fileira das tecnologias de produção (FTP) para explorar os significativos investimentos que a indústria vai realizar com a transição verde e digital, reduzindo a dependência tecnológica externa, aumentando o valor acrescentado gerado no país e contribuindo para uma alteração da especialização da economia portuguesa. Projeto em curso até 2025.
	AGENDA MOBILIZADORA FERROVIA - PRODUIR MATERIAL CIRCULANTE FERROVIÁRIO EM PORTUGAL – aprovado no âmbito do PRR, tem como promotor líder a empresa SERMEC ii, e reúne 13 entidades das quais parceiros empresariais, parceiros do SCTN, outros parceiros potenciais, contando com a participação como end-user a empresa pública CP. O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de um novo produto - fabrico de material circulante, consubstanciado numa tipologia de três carruagens (veículo, i.e., Caixa e Bogies, mais interiorismo). Projeto em curso até 2025.



	Missão INcatim – aprovado no âmbito do programa Missão Interface do Plano de Recuperação e Resiliência, o projeto Missão INcatim visa a atualização e o reforço das valências necessárias para estar em sintonia com as necessidades da indústria, numa era marcada pelos desafios associados à resiliência, economia hipocarbónica e circular, digitalização e adaptação às alterações climáticas. Projeto em curso até 2025.
 Roteiros de Descarbonização da Indústria	CARBONFREE_GUIDE4METAL – aprovado no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, o projeto CarbonFree_Guide4Metal resultou de uma parceria com a AIMMAP (Entidade Líder) e tem como objetivo a criação de um Roteiro para a Descarbonização e Capacitação da Indústria do Setor Metal Portugal, com especial enfoque na indústria que se dedica ao fabrico de produtos metálicos, máquinas e equipamentos, estando alicerçado numa visão coletiva e estratégica, de médio-longo prazo, rumo à Transição Energética e Transição Verde. Projeto em curso até 2025.
	Atlantic Offshore Wind Energy (AOWINDE) – tem como finalidade potenciar o recurso à energia eólica <i>offshore</i> sustentável na Eurorregião Galiza-Norte de Portugal, com vista a alcançar o objetivo “zero emissões”. Este projeto foi aprovado pelo Programa Interreg VI Espanha-Portugal 2021-2027, em resultado de uma parceria entre a ASIME, a AIMMAP, a Xunta de Galicia, o Instituto Enerxético de Galicia, a Universidade da Coruña, a Universidade de Vigo, o CATIM, a Câmara Municipal de Viana do Castelo, o IPVC e o INESC TEC. Projeto em curso até 2025.
Twin NavAux	Twin NavAux – visa estabelecer as condições tecnológicas e de formação (I+D+i, humanas e empresariais) necessárias para facilitar a implementação geral de modelos de gémeos de produtos digitais (<i>Digital Twins</i>) no setor naval auxiliar na área de cooperação Galiza-Norte de Portugal. Este projeto foi aprovado pelo Programa Interreg VI Espanha-Portugal 2021-2027, em resultado de uma parceria entre o GAIN, a ACLUNAGA, a Universidade da Coruña, o CATIM, a Universidade Portucalense, a IBERCISA Deck Machinery S.A., a Industrias Ferri S.A., a Electro Rayma S.L. e a WEGeuro - Indústria Eléctrica S.A. Projeto em curso até 2025.

	Navegando o Futuro – aprovado no âmbito do Programa POCTEP, o projeto NAVEGANDO O FUTURO corresponde a uma extensão do projeto MANUFACTUR4.0 (já encerrado) e compreende um consórcio composto por 3 parceiros (CATIM, AGENCIA GALLEGA DE INNOVACION (GAIN) e ASOC CLUSTER DEL NAVAL GALLEGO (ACLUNAGA)). Este projeto visa a realização de ações que consolidem a transição tecnológica naval, através da promoção e da atração de formações tecnológicas no setor e da utilização de meios tecnológicos avançados e complexos. Tem como objetivo específico melhorar a participação do tecido empresarial das regiões da Galiza e do Norte de Portugal nos processos de inovação e nas atividades de I&D mais próximas do mercado. Projeto concluído em 2023.
	TopMeas – “User-centered training for optical measurements in digitalized manufacturing processes” visa desenvolver uma metodologia e conteúdos de formação, centrados no utilizador, para medições óticas em processos digitais de fabrico. Este projeto foi aprovado pelo Programa ERASMUS +, em resultado de uma parceria entre o CATIM, a Universidade de Pádua, a Universidade Técnica de Buchs e a CMtrain. Projeto em curso até 2025.

O CATIM, ciente da importância decisiva das parcerias, do trabalho colaborativo e do estabelecimento de redes que sustentem e promovam a cooperação, tem procurado fortalecer laços de cooperação com diversas entidades, destacando-se em 2023 as seguintes:

AIMMAP – principal promotor dos projetos dirigidos ao Sector, e que conta com o CATIM para assegurar a componente técnica de projetos em domínios da nossa competência específica, nomeadamente no Ambiente, na Segurança de Máquinas, na Segurança no Trabalho e na Normalização.

IAPMEI – Promotor e parceiro em várias Iniciativas e Projetos

DGERT – promotor da Qualidade na Formação

ANEMM – em iniciativas sectoriais.

IPQ - No domínio da promoção da Qualidade, da Normalização e da Metrologia.

ACT – com quem cooperamos no domínio da formação.

CCDR -N IP - que nos tem apoiado em projetos europeus, de âmbito regional e transfronteiriço.

ANI – em projetos nacionais e transfronteiriços.

INEGI – no âmbito de Projetos de natureza regional



INESC-TEC - no âmbito de projetos de natureza regional

RELACRE – apoiando as suas iniciativas.

Escolas e Centros de Formação da Região, facultando visitas de estudo, e/ou recebendo estagiários (FEUP, ISEP, IPCA, IEFP, ISMAI, RELACRE, AEP, UM, UA).

NTB - Interstaatliche Hochschule für Technik Buchs Switzerland.

CESGA - em projetos transfronteiriços

AIMMEN – em projetos transfronteiriços

Lab TQ – European Association of Independent test laboratories in the field of energy using appliances

PRODUTECH - apoiando as suas iniciativas

Participação do CATIM noutras entidades:

- ☐ RECET, Associação dos Centros Tecnológicos de Portugal
- ☐ CTCP, Centro Tecnológico do Calçado
- ☐ CTCV, Centro Tecnológico para a Indústria do Vidro e Cerâmica
- ☐ CTIC, Centro Tecnológico da Indústria do Couro
- ☐ CTCOR, Centro Tecnológico da Cortiça
- ☐ CENTIMFE, Centro Tecnológico Indústria dos Moldes e Ferramentas
- ☐ CERTIF, Associação para a Certificação dos Produtos
- ☐ RELACRE, Associação dos Laboratórios Acreditados de Portugal
- ☐ APQ, Associação Portuguesa para a Qualidade
- ☐ Lab TQ – European Association of Independent test laboratories
- ☐ SPMet, Sociedade Portuguesa de Metrologia
- ☐ SPM, Sociedade Portuguesa de Materiais
- ☐ PROMONET, Associação Promotora de Novas Empresas e Tecnologias
- ☐ PRODUTECH, Pólo das Tecnologias de Produção
- ☐ POOLNET, Pólo de Competitividade Engineering & Tooling
- ☐ AP2H2, Associação Portuguesa para a Promoção do Hidrogénio



- ☐ CIRP, The International Academy for Production Engineering.
- ☐ CMTrain, Training for Coordinate Metrology e.V
- ☐ EUSPEN, European Society for Precision Engineering & Nanotechnology
- ☐ APNCF, Associação Portuguesa para a Normalização e Certificação Ferroviária
- ☐ CENTROHABITAT - Cluster Habitat Sustentável
- ☐ Hydrogen Europe Research
- ☐ PFP - Associação da Plataforma Ferroviária Portuguesa



6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS



6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que dos resultados líquidos do exercício de 2023, no valor de setecentos e noventa e três mil oitocentos e oitenta e seis euros e seis cêntimos, sejam transferidos cinco por cento para a conta de Reserva Legal, e o restante para a conta de Resultados Transitados.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Rui Ferreira Marques)
Presidente

(Paulo José de Lima Martins Couto)

(Rafael da Silva Campos Pereira)

(Elísio Paulo de Oliveira Azevedo)

(Helena Maria Monteiro Faria Nunes)



BALANÇO E CONTAS

Em 31 de Dezembro de 2023

O Conselho de Administração

O contabilista certificado

**BALANÇO**

31 de dezembro de 2023

RUBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31-12-2023	31-12-2022
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	✓	6	2 319 619,00	2 484 311,85
Ativos intangíveis	✓	7	786 115,13	829 924,37
Outros investimentos financeiros	✓	14	41 578,50	62 751,22
			3 147 312,63	3 376 987,44
Ativo corrente				
Clientes	✓	14	1 445 933,24	1 418 434,56
Adiantamentos a fornecedores	✓	14	2 642,02	1 230,54
Outros créditos a receber	✓	14	4 106 988,68	1 585 351,43
Diferimentos			105 899,11	77 442,72
Caixa e depósitos bancários	✓	4	6 473 177,70	4 409 619,52
			12 134 640,75	7 492 078,77
Total do ativo			15 281 953,38	10 869 066,21
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital subscrito	✓	14	572 000,00	570 500,00
Prêmios de emissão	✓	14	194 000,00	192 500,00
Reservas legais	✓	14	375 349,13	362 060,54
Outras reservas	✓	14	34 997,19	34 997,19
Resultados transitados	✓	14	4 808 993,21	4 556 510,00
Outras variações no capital próprio	✓	10	1 891 531,74	2 079 150,59
			7 876 871,27	7 795 718,32
Resultado líquido do período			793 886,06	265 771,80
Total do capital próprio			8 670 757,33	8 061 490,12
Passivo				
Passivo corrente				
Fornecedores	✓	14	327 627,26	149 629,65
Estado e outros entes públicos	✓	17	440 281,12	387 527,23
Acionistas/sócios	✓	14	1 000,00	1 000,00
Diferimentos			4 992 238,64	1 459 333,88
Outras dívidas a pagar	✓	14	850 049,03	810 085,33
			6 611 196,05	2 807 576,09
Total do passivo			6 611 196,05	2 807 576,09
Total do capital próprio e do passivo			15 281 953,38	10 869 066,21

-

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

Período findo em 31 de dezembro de 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	PERÍODOS
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	9	5 560 453,98	4 899 984,79
Subsídios à exploração	10	1 581 850,77	998 495,27
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(38 208,73)	(26 645,63)
Ganhos / Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend.conjuntos		2 705,94	-
Fornecimentos e serviços externos	17	(2 202 748,43)	(1 938 715,24)
Gastos com o pessoal	15	(3 638 746,82)	(3 273 749,71)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	8 042,31	(23 778,78)
Outros rendimentos	10,17	526 727,09	615 666,39
Outros gastos	17	(218 019,88)	(207 459,74)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 582 056,23	1 043 797,35
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6,7	(745 722,19)	(747 699,68)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		836 334,04	296 097,67
Resultado antes de impostos		836 334,04	296 097,67
Imposto sobre o rendimento do período	12	(42 447,98)	(30 325,87)
Resultado líquido do período		793 886,06	265 771,80

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**

Período findo em 31 de dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	PERÍODOS
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		6 756 657,31	5 988 358,93
Pagamentos a fornecedores		(2 476 066,86)	(2 304 934,18)
Pagamentos ao pessoal		(2 148 884,65)	(1 913 567,14)
Caixa gerada pelas operações		2 131 705,80	1 769 857,61
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(30 295,70)	(24 453,87)
Outros recebimentos/pagamentos		351 708,14	(187 114,34)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		2 453 118,24	1 558 289,40
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(400 881,79)	(803 762,42)
Ativos intangíveis		(2 657,00)	(16 713,00)
Investimentos financeiros		(2 276,74)	(7 474,50)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		6 971,40	2 118,12
Juros e rendimentos similares		6 455,33	120,66
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(392 388,80)	(825 711,14)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		3 000,00	15 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		3 000,00	15 000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		2 063 729,44	747 578,26
Efeito das diferenças de câmbio		(171,26)	(90,01)
Caixa e seus equivalentes no início do período		4 409 619,52	3 662 131,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	6 473 177,70	4 409 619,52

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Período findo em 31 de dezembro de 2022

RUBRICAS	NOTAS	Capital próprio										Resultado líquido do período	Total	Total do capital próprio
		Capital subscrito	Ações próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras var. no capital próprio			
Posição em 1 de janeiro de 2022	1	563 000,00	-	-	185 000,00	345 662,80	34 997,19	4 244 952,97	-	-	2 362 242,11	327 954,77	8 063 809,84	8 063 809,84
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Aplicação do resultado do período anterior						16 397,74		311 557,03			(283 091,52)	(327 954,77)	(327 954,77)	(327 954,77)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	-	-	-	-	16 397,74	-	311 557,03	-	-	(283 091,52)	-	44 863,25	44 863,25
												(327 954,77)	(283 091,52)	(283 091,52)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											265 771,80	265 771,80	265 771,80
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											(62 182,97)	(17 319,72)	(17 319,72)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital		7 500,00										-	7 500,00	7 500,00
Realizações de prêmios de emissão					7 500,00								7 500,00	7 500,00
Distribuições													-	-
Entradas para cobertura de perdas													-	-
Outras operações	5	7 500,00	-	-	7 500,00	-	-	-	-	-	-	-	15 000,00	15 000,00
Posição em 31 de dezembro de 2022	6=1+2+3+5	570 500,00	-	-	192 500,00	362 060,54	34 997,19	4 556 510,00	-	-	2 079 150,59	265 771,80	8 061 490,12	8 061 490,12

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Período findo em 31 de dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS	Capital próprio										Resultado líquido do período	Total	Total do capital próprio
		Capital subscrito	Ações próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras var. no capital próprio			
Posição em 1 de janeiro de 2023	1	570 500,00	-	-	192 500,00	362 060,54	34 997,19	4 556 510,00	-	-	2 079 150,59	265 771,80	8 061 490,12	8 061 490,12
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Aplicação do resultado do período anterior												(265 771,80)	(265 771,80)	(265 771,80)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						13 288,59		252 483,21			(187 618,85)	-	78 152,95	78 152,95
	2	-	-	-	-	13 288,59	-	252 483,21	-	-	(187 618,85)	(265 771,80)	(187 618,85)	(187 618,85)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											793 886,06	793 886,06	793 886,06
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											528 114,26	606 267,21	606 267,21
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital		1 500,00										-	1 500,00	1 500,00
Realizações de prêmios de emissão					1 500,00								1 500,00	1 500,00
Distribuições													-	-
Entradas para cobertura de perdas													-	-
Outras operações												-	-	-
	5	1 500,00	-	-	1 500,00	-	-	-	-	-	-	-	3 000,00	3 000,00
Posição em 31 de dezembro de 2023	6=1+2+3+5	572 000,00	-	-	194 000,00	375 349,13	34 997,19	4 808 993,21	-	-	1 891 531,74	793 886,06	8 670 757,33	8 670 757,33

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO

1. Identificação da entidade

O CATIM – Centro de Apoio Tecnológico À Indústria Metalomecânica (CATIM, ou Centro) é uma instituição privada sem fins lucrativos, constituído em 1986, que tem a sua sede social no Porto, e que tem como atividade principal Apoio Tecnológico a empresas do sector metalúrgico e metalomecânico.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Neste período, não se registaram alterações significativas do âmbito da atividade do Centro que possam prejudicar a comparabilidade dos itens das demonstrações financeiras ou pôr em causa a característica qualitativa das informações disponibilizadas.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).



As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, numa base anual, de acordo com as vidas úteis estimadas. Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item, é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição/ produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente o direito de superfície e programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método das quotas constantes, durante um período que varia entre 2 e 50 anos.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Centro, sejam controláveis pelo Centro e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento para as quais o Centro demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou use e relativamente às quais seja provável que o seu ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que são incorridas.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido ao valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros”. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.



Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos a empresas interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

d) Imparidade de ativos

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada exercício.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de ativos depreciáveis”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Os ativos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização são periodicamente mensurados. Qualquer perda por imparidade nestes ativos é reconhecida como uma diminuição ao excedente de revalorização reconhecido inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores ao excedente de revalorização são reconhecidas na demonstração dos resultados.

e) Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)”, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração



informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

ii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal

iii) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes do caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica do passivo corrente "Financiamentos obtidos".

v) Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

Os montantes relativos ao FCT são registados como ativo, na rubrica "Outros ativos financeiros", correspondendo às entregas efetuadas, passíveis de reembolso ao empregador em qualquer situação de cessação do contrato de trabalho. Em cada data de relato, o montante acumulado das entregas é mensurado ao justo valor, com contrapartida em resultados.

f) Matérias ambientais



As entidades nacionais têm a obrigação legal de evitar, reduzir e reparar os danos causados ao ambiente ou a terceiros no âmbito da sua atividade, devendo adotar as medidas necessárias para recolher, encaminhar e tratar os resíduos das mais diversas naturezas, as águas residuais dos seus processos industriais, as emissões para a atmosfera, a proteção de solos e de recursos hídricos e a prevenção de ruídos e vibrações.

A responsabilidade das empresas que exerçam uma atividade económica suscetível de provocar danos ao ambiente e a terceiros, está regulada pelo Diploma da Responsabilidade Ambiental (Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março e pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março), que vem prever a constituição de garantias financeiras para cobertura dessas responsabilidades, designadamente através da subscrição de apólices de seguro, obtenção de garantias bancárias, participação em fundos ambientais ou constituição de fundos próprios, sem que tenham sido ainda definidos legalmente os valores mínimos dessas garantias.

g) Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

h) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

i) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor. Algumas das empresas incluídas no perímetro de consolidação da Empresa pelo método integral, são tributadas segundo o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (“RETGS”), de acordo com o art. 63º do Código de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.



Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

j) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração, são registados na rubrica "Outros proveitos operacionais" da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para financiamento são registados no balanço como "Outras variações no capital próprio", e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados.

k) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que



os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

l) Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para o Grupo e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

m) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

n) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Empresa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 incluem:

- Justo valor e vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis;
- Registo de provisões e perdas de imparidade;
- Reconhecimento de proveitos em obras em curso;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF4.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Fluxos de caixa



A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

b) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como ganhos e perdas na demonstração dos resultados do período.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das demonstrações financeiras das entidades estrangeiras da Empresa são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio à data do balanço. Os ganhos e perdas, bem como os fluxos de caixa são igualmente convertidos para Euro à taxa média anual. A diferença cambial resultante é registada no Capital próprio na rubrica “Outras variações no capital próprio – Diferenças de conversão de demonstrações financeiras”. No momento da alienação de tais entidades estrangeiras, as diferenças de conversão cambiais acumuladas são registadas na demonstração dos resultados do período.

As diferenças cambiais associadas a contas receber/pagar cuja maturidade não se encontre definida, são registadas na demonstração dos resultados do período quando tais contas a receber/pagar forem depreciadas/alienadas/liquidadas. As diferenças de consolidação e os ajustamentos para o justo valor dos ativos e passivos de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos em moeda estrangeira e são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio à data do balanço.

As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira são convertidas para Euro.

As cotações utilizadas para conversão em Euros foram as seguintes:

Moeda	31.12.2023	31.12.2022
SEK	0,0901	0,0899
CHF	1,0799	1,0155
USD	0,9050	0,9376
GBP	1,1507	1,1275
DINARES (JOD)	1,2768	1,3233
REAL	0,1865	0,1774
Florins Húngaros	0,0026	0,0025
CZK	0,0405	0,0415
Zloty	0,2304	0,2136
Iene	0,0064	0,0071
Renminbi	0,1274	0,1359
DKK	0,1342	0,1345



BGN	0,5113	0,5113
-----	--------	--------

3.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.5. Principais fontes de incerteza

A presente nota faz referência aos principais pressupostos em relação ao futuro adotado na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

4. Fluxos de Caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa		
Caixa	5.394,88	8.615,33
	5.394,88	8.615,33
Depósitos bancários:		
Depósitos à ordem	5.217.607,70	4.150.829,07
Depósitos a prazo	1.250.175,12	250.175,12
	4.401.004,19	4.401.004,19
TOTAL	6.473.177,70	4.409.619,52

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se registou no período qualquer alteração das políticas contabilísticas adotadas em períodos anteriores, as quais têm vindo a ser aplicadas de forma consistente em operações semelhantes, outros acontecimentos e condições, pelo que a informação disponibilizada é fiável e relevante para a tomada de decisões. Neste período não se registaram erros materialmente relevantes relativos a períodos anteriores que tenham justificado qualquer ajustamento, nem existem informações disponíveis que possam colocar em causa as estimativas efetuadas.



Em conformidade, as demonstrações financeiras representam de forma adequada a posição financeira e o desempenho da Empresa, e refletem a substância econômica das operações.

6. Ativos fixos tangíveis

6.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

Ativos fixos tangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	20 – 50	2,00% - 5,00%
Equipamento básico	4 – 8	12,50% - 25,00%
Equipamento de transporte	4 – 8	12,50% - 25,00%
Equipamento administrativo	4 – 8	12,50% - 25,00%
Outros ativos fixos tangíveis	4 – 8	12,50% - 25,00%

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	2023							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	TOTAL
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:								
Saldo em 31.12.2022	-	2.211.107,12	9.686.397,47	10.947,69	397.493,82	418.825,60	103.198,15	12.827.969,85
Adições	-	13.062,04	109.207,93	-	10.437,74	16.493,44	417.196,63	566.397,78
Alienações e abates	-	-	-	(2.413,91)	(1.095,31)	(532,53)	-	(4.041,75)
Transferências	-	179.683,02	-	-	-	33.075,00	(245.080,13)	-
Saldo em 31.12.2023	-	2.403.852,18	9.795.605,40	8.533,78	406.836,25	467.861,51	275.314,65	13.358.003,77
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2022	-	(1.606.808,87)	(8.017.704,19)	(10.947,69)	(377.567,89)	(330.629,36)	-	(10.343.658,00)
Adições	-	(93.318,98)	(574.709,48)	-	(15.191,94)	(15.548,12)	-	(698.768,52)
Alienações e abates	-	-	-	2.413,91	1.095,31	532,53	-	4.041,75
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	-	(1.700.127,85)	(8.592.413,67)	(8.533,78)	(391.664,52)	(345.644,95)	-	(11.038.384,77)
QUANTIA ESCRITURADA	-	703.724,33	1.203.191,73	-	15.171,73	122.216,56	103.198,15	2.319.619,00

2022



	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	TOTAL
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:								
Saldo em 31.12.2021	-	2.095.129,79	9.228.291,01	25.440,63	390.265,41	388.254,01	233.899,50	12.361.280,35
Adições	-	10.471,89	288.228,00	-	7.559,39	31.705,27	239.243,26	577.207,81
Alienações e abates	-	(16.696,44)	(77.864,27)	(14.492,94)	(330,98)	(1.133,68)	-	(110.518,31)
Transferências	-	122.201,88	247.742,73	-	-	-	(369.944,61)	-
Saldo em 31.12.2022	-	2.211.107,12	9.686.397,47	10.947,69	397.493,82	418.825,60	103.198,15	12.827.969,85
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2021	-	(1.543.838,51)	(7.514.607,02)	(25.440,63)	(356.540,06)	(316.174,58)	-	(9.756.600,80)
Adições	-	(79.666,80)	(580.079,49)	-	(21.358,81)	(15.588,46)	-	(696.693,56)
Alienações e abates	-	16.696,44	76.982,32	14.492,94	330,98	1.133,68	-	109.636,36
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	-	(1.606.808,87)	(8.017.704,19)	(10.947,69)	(377.567,89)	(330.629,36)	-	(10.343.658,00)
QUANTIA ESCRITURADA		604.298,25	1.668.693,28	-	19.925,93	88.196,24	103.89198,15	2.484.311,85

6.2. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos durante o período

	Depreciação reconhecida nos resultados 2023	Depreciação reconhecida como parte de custo de outros ativos 2023	TOTAL
Ativos fixos tangíveis			
Edifícios e outras construções	(93.318,98)	-	(93.318,98)
Equipamento básico	(574.709,48)	-	(574.709,48)
Equipamento de transporte	-	-	-
Equipamento administrativo	(15.191,94)	-	(15.191,94)
Outros ativos fixos tangíveis	(15.548,12)	-	(15.548,12)
TOTAL	(698.768,52)	-	(698.768,52)

6.3. Depreciação acumulada no final do período

Depreciação acumulada	31.12.2023	31.12.2022
Edifícios e outras construções	(1.700.127,85)	(1.606.808,87)
Equipamento básico	(8.592.413,67)	(8.017.704,19)
Equipamento de transporte	(8.533,78)	(10.947,69)
Equipamento administrativo	(391.664,52)	(377.567,89)
Outros ativos fixos tangíveis	(345.644,95)	(330.629,36)
TOTAL	(11.038.384,77)	(10.343.658,00)

7. Ativos intangíveis

7.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos intangíveis	Vida útil	Taxa de amortização
Programas de computador	3-5	20,00% - 33,33%
Outros ativos intangíveis	50	2,00%

Os elementos dos ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta, numa base duodecimal, de acordo com as vidas úteis estimadas.



b) Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição por classe:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Quantia escriturada bruta	Amort. e perdas por imparidade	Quantia escriturada bruta	Amort. e perdas por imparidade
Ativos intangíveis				
Programas de computador	162.524,46	(148.590,01)	159.380,03	(125.787,06)
Direitos de superfície	1.207.536,13	(435.355,45)	1.207.536,13	(411.204,73)
TOTAL	1.370.060,59	(583.945,46)	1.366.916,16	(536.991,79)

c) O valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” da demonstração dos resultados ascende a:

Amortizações do período	2023	2022
Programas de computador	22.802,95	26.855,40
Direitos de superfície	24.150,72	24.150,72
TOTAL	46.953,67	51.006,12

d) Os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano 2023 e 2022 são os que se seguem:

	2023						TOTAL
	Goodwill	Projetos desenv.	Software	Direitos de Superfície	Outros at. intangíveis	Investimentos em curso	
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:							
Saldo em 31.12.2022	-	-	159.380,03	1.207.536,13	-	-	1.366.916,16
Adições	-	-	3.144,43	-	-	-	3.144,43
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	-	-	162.524,46	1.207.536,13	-	-	1.370.060,59
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:							
Saldo em 31.12.2022	-	-	(125.787,06)	(411.204,73)	-	-	(536.991,79)
Adições	-	-	(22.802,95)	(24.150,72)	-	-	(46.953,67)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Ativos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	-	-	(148.590,01)	(435.355,45)	-	-	(583.945,46)
QUANTIA ESCRITURADA	-	-	13.934,45	772.180,68	-	-	786.115,13

	2022						TOTAL
	Goodwill	Projetos desenv.	Software	Direito de Superfície	Outros at. intangíveis	Investimentos em curso	
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:							
Saldo em 31.12.2021	-	-	141.821,36	1.207.536,13	-	-	1.349.357,49
Adições	-	-	17.558,67	-	-	-	17.558,67
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	-	-	159.380,03	1.207.536,13	-	-	1.366.916,16
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:							
Saldo em 31.12.2021	-	-	(98.931,66)	(387.054,01)	-	-	(485.985,67)
Adições	-	-	(26.855,40)	(24.150,72)	-	-	(51.006,12)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Ativos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-



Transferências e abates	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	-	-	(125.787,06)	(411.204,73)	-	(536.991,79)
QUANTIA ESCRITURADA	-	-	33.592,97	796.331,40	-	829.924,37

8. Inventários

8.1. Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	2023		2022	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Inventário inicial	-	-	-	-
Compras	-	38.208,73	-	26.645,63
Inventário final	-	-	-	-
GASTO DO PERÍODO	-	38.208,73	-	26.645,63

9. Rédito

9.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

A Empresa reconhece o rédito de acordo com os seguintes critérios:

- Venda de bens** – são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação passam ser fiavelmente mensurados.
- Prestação de serviços** – são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

9.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

	2023	2022
Venda de bens	0,00	0,00
Prestação de serviços	5.560.453,98	4.899.984,79
TOTAL	5.560.453,98	4.899.984,79

	2023	2022
Venda de bens e Prestação de serviços:		
Mercado interno	5.374.064,20	4.704.570,99
Mercado externo	186.389,78	195.413,80
TOTAL	5.560.453,98	4.899.984,79

10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

10.1. Política contabilística adotada

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da



demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos do período em que se tornarem recebíveis. Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso do subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. Os impostos a suportar associados a estes subsídios estão classificados como ajustamentos em subsídios na rubrica “Outras dívidas a pagar”.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos. O benefício de um empréstimo de uma entidade pública com uma taxa de juro inferior à do mercado é tratado como um subsídio de entidade pública, em conformidade com a NCRF 27 — Instrumentos Financeiros.

10.2. Natureza e extensão dos subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio das entidades públicas de que diretamente se beneficiou

Descrição	31.12.2023		31.12.2022	
	Capitais próprios*	Demonstração dos resultados	Capitais próprios*	Demonstração dos resultados
PEDIP - Expansão Lisboa	118.906,10	6.258,21	125.164,31	6.258,21
PEDIP - Expansão Porto	103.451,46	5.436,95	108.888,41	5.436,95
TRANSTEC.I&I	2.135,62	711,88	2.847,50	15.571,94
FITEC	39.846,60	50.919,59	90.766,19	154.345,92
INDigital4.0	1.000.885,61	300.826,90	1.301.712,51	319.324,51
PENSE INDÚSTRIA i4.0	13.618,53	10.804,96	24.423,49	114.402,54
OBSERVTECH	9.737,79	5.718,46	15.456,25	13.489,61
INOVKNOW 3D	11.547,11	7.046,13	18.593,24	10.525,59
METROLOGY4HEALTH	48.636,02	54.454,57	65.431,17	36.262,91
ADDVALUE@SME	64.706,50	36.577,76	83.651,59	36.026,40
MANUFACTUR4.0	-	-	0,00	193,85
METALSHOE	4.120,57	22.322,40	6.081,04	20.079,55
PRODUTECH4S&C	1.016,04	135.282,21	1.016,04	179.583,01
PRODUTECH SIF	-	-	-	23.875,61
INTERAKHTOOL	67.199,17	108.179,51	235.118,85	372.273,04
MISSÃO INTERFACE	400.918,67	720.332,63	-	-
PRODUTECH R3	4.805,95	266.064,72	-	-
CORIM	-	60.664,80	-	71.900,81
SIMME	-	61.435,45	-	37.819,78
Eramus + Train4Dim	-	-	-	27.800,00
SMARTLSF	-	46.560,15	-	25.460,24
IS2Industries	-	25.149,25	-	10.778,25
ADD.ADDITIVE	-	-	-	9.459,42
IoT FabLabs	-	24.800,00	-	-
Programa Converte +	-	-	-	127,99
Apoio à família	-	-	-	80,55
BOATS4SCHOOLS	-	-	-	-
LayOff	-	-	-	-
TOTAL	1.891.531,74	2.067.500,20	2.079.150,59	1.491.076,68

11. Acontecimentos após a data do balanço



11.1. Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 27 de Março de 2023. No entanto, os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

11.2. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

12. Impostos sobre o rendimento

12.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

Gastos / Rendimentos	2023	2022
Impostos correntes	(42.447,98)	(30.325,87)
(Gasto)/ Rendimento por impostos diferidos relacionado com a origem e reversão de diferenças temporárias		
Gastos por impostos diferidos provenientes de uma redução, ou reversão de uma diminuição anterior, de um ativo por impostos diferidos		
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	(42.447,98)	(30.325,87)

12.2. Relacionamento entre gasto/rendimento de impostos e lucro contabilístico

Reconciliação da taxa efetiva de imposto*:	31.12.2023	31.12.2022
Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal	-	-
Efeito fiscal gerado por:		
Custos não dedutíveis	-	-
Rendimentos não tributáveis	-	-
Efeito mais/menos valias	-	-
Benefícios fiscais	-	-
Resultados sujeitos a tributação autónoma e outras formas de tributação	(42.447,98)	(30.325,87)
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO – Imposto corrente	(42.447,98)	(30.325,87)

*A taxa efetiva de imposto é o gasto/rendimento de impostos dividido pelo resultado antes de impostos.

13. Matérias ambientais

13.1. Descrição das bases de mensuração adotadas, bem como dos métodos utilizados no cálculo de ajustamentos de valor

O Centro tem a obrigação legal de evitar, reduzir e reparar os danos ambientais decorrentes do exercício da sua atividade, tendo incorrido em dispêndios para assegurar o integral cumprimento das suas obrigações não existindo passivos efetivos ou contingentes de carácter ambiental que devam ser reconhecidos ou divulgados, nem riscos ou obrigações desta natureza que possam ser fiavelmente mensurados e originar saídas prováveis de recursos, a acautelar por via de provisões específicas, pelo que não se justifica definir critérios de mensuração para o efeito, nem quaisquer métodos de ajustamento de valor.



13.2. Dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados

Todos os dispêndios de carácter ambiental devem ser levados a resultados se foram gastos incorridos no próprio exercício, ou seja, se não visarem evitar danos futuros ou proporcionar benefícios futuros.

Assim, os dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados dizem respeito a atividades passadas ou correntes e ao restauro das condições ambientais no estado em que se encontravam antes da contaminação.

14. Instrumentos financeiros

14.1. Bases de mensuração

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida e que os retornos sejam de montante fixo.

Enquanto a Empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

14.2. Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros mensurados ao justo valor

Ativo financeiros	31.12.2023	31.12.2022
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	14.348,32	19.042,98
TOTAL	14.348,32	19.042,98

b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

Ativos financeiros	31.12.2023		31.12.2022	
	Custo ou custo amortizado	Imparidade acumulada	Custo ou custo amortizado	Imparidade acumulada
Clientes, c/c	1.417.430,55	-	1.390.578,35	-
Clientes de cobrança duvidosa	249.815,52	(221.312,83)	259.926,25	(232.070,04)
CLIENTES	1.667.246,07	(221.312,83)	1.650.504,60	(232.070,04)
Adiantamentos a fornecedores	2.642,02	-	1.230,54	-
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	2.642,02	-	1.230,54	-
Pessoal	2.616,08	-	1.416,08	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	17.620,68	-	18.777,29	-
Outros devedores	4.086.751,92	-	1.565.158,06	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	4.106.988,68	-	1.585.351,43	-



c) Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade mensurados ao custo menos imparidade

Entidade participada	31.12.2023		31.12.2022	
	Custo	Imparidade acumulada	Custo	Imparidade acumulada
AIDUST – Consultadoria e apoio à indústria, S.A.	-	-	16.478,06	-
Certif – Associação para a certificação	7.500,00	-	7.500,00	-
Produtech	5.000,00	-	5.000,00	-
Promonet	5.000,00	-	5.000,00	-
Centro Tecnológico da C. Vidro	2.992,79	-	2.992,79	-
Centro Tecnológico das Ind. Couro	1.496,39	-	1.496,39	-
CTCOR – Centro Tecnológico da Cortiça	1.247,00	-	1.247,00	-
Relacre	997,60	-	997,60	-
CentroHabitat	500,00	-	500,00	-
PEP – Associação Plataforma Ferroviária Portuguesa	500,00	-	500,00	-
POOLNET	500,00	-	500,00	-
Citeve	498,80	-	498,80	-
Centimfe	498,80	-	498,80	-
Centro Tecnológico do Calçado	498,80	-	498,80	-
				-
TOTAL	27.230,18	-	43.708,24	-

d) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros	31.12.2023			31.12.2022		
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Fornecedores, c/c	327.627,26	-	327.627,26	149.629,65	-	149.629,65
FORNECEDORES	327.627,65	-	327.627,65	149.629,65	-	149.629,65
Acionistas/sócios	1.000,00	-	1.000,00	1.000,00	-	1.000,00
ACIONISTAS/SÓCIOS	1.000,00	-	1.000,00	1.000,00	-	1.000,00
Credores por acréscimos de gastos	450.490,31	-	450.490,31	411.085,79	-	411.085,79
Outros	399.558,72	-	398.999,54	398.999,54	-	398.999,54
OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	850.049,03	-	849.489,85	810.085,33	-	810.085,33

14.3. Perda por imparidade em ativos financeiros

Para os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor através de resultados e relativamente aos quais se verificaram indícios de imparidade, a Empresa avaliou as imparidades respetivas. Desta avaliação, a Empresa conseguiu adquirir evidência objetiva de que os ativos financeiros apresentam perdas por imparidade:

Ativos financeiros	Evidência da imparidade	Perda por imparidade 2023
Cientes	Incumprimento no pagamento	(8.042,31)
TOTAL		(8.042,31)



14.4. Montante de capital social

A 31 de Dezembro de 2023, o Centro detinha um capital social de 572.000,00 euros, e Prémios de Emissão de 194.000,00 euros.

14.5. Reserva legal e Outras Reservas

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2023 a reserva legal ascendia a 375.349,13 euros (362.060,54 euros em 2022) e as outras reservas ascendiam a 34.997,19 euros (igual montante em 2022).

14.6. Resultados transitados

De acordo com a deliberação da Assembleia-geral, de vinte de abril de 2023 (Ata n.º 87), foi aprovada por unanimidade a transferência do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 no montante de 265.771,80 euros para as rubricas de “Reserva Legal” (13.288,59 euros) e “Resultados transitados” (252.483,21 euros).

15. Benefícios dos empregados

15.1. Número de empregados no período

Número de Empregados	2023	2022
Início do período	108	104
Fim do período	112	108
Média do período	110	106

15.2. Gastos com o pessoal

	2023	2022
Vencimentos e salários		
Remunerações do pessoal	2.760.117,14	2.501.979,07
Encargos com a segurança social		
Remunerações do pessoal	583.649,93	527.652,00
Seguros	84.795,91	81.9006,14
Gastos de ação social	4.016,88	3.809,12
Outros gastos com o pessoal	206.166,96	158.403,38
TOTAL	3.638.746,82	3.273.749,71

16. Divulgações exigidas por diplomas legais

- **Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro:**
A Empresa não está em mora no pagamento de contribuições e impostos ao Estado.
- **Art.º 210º do Código Contributivo:**
A Empresa não tem dívidas vencidas e em mora à Segurança Social.



17. Outras informações

17.1. Estado e outros entes públicos

	31.12.2023	31.12.2022
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	40.833,90	30.295,70
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	67.927,44	66.646,51
Imposto sobre o valor acrescentado	210.142,71	180.135,83
Contribuições para a Segurança Social	121.377,07	110.449,19
TOTAL PASSIVO	440.281,12	387.527,23

17.2. Fornecimentos e serviços externos

	2023	2022
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	783.365,92	652.083,96
Publicidade e propaganda	98.014,21	40.046,12
Vigilância e segurança	26.844,24	24.658,44
Honorários	54.683,05	60.338,42
Conservação e reparação	114.530,81	78.237,10
Serviços bancários	96.780,83	4.412,89
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	11.474,13	16.505,90
Livros e documentação técnica	6.408,41	7.909,35
Material de escritório	42.458,00	40.936,76
Energia e fluídos		
Eletricidade	78.041,26	122.364,71
Combustíveis	98.406,26	92.039,41
Água	32.605,42	23.697,00
Outros fluídos	67.786,42	79.853,25
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	244.170,99	287.677,58
Transportes de mercadorias	14.270,27	14.335,55
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	73.275,60	73.216,91
Comunicação	62.218,66	65.522,49
Seguros	39.833,97	30.384,18
Contencioso e notariado	785,40	390,80
Despesas de representação	57.941,25	2.268,74
Limpeza, higiene e conforto	80.406,41	76.360,12
Outros	211.060,64	145.475,56
TOTAL	2.202.748,43	1.938.715,24

17.3. Outros rendimentos

	2023	2022
Rendimentos e ganhos em associadas	2.705,94	-
Diferenças de câmbio favoráveis	19,17	109,61
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	1.222,10	747,93
Imputação do subsídio ao investimento	485.649,43	492.581,41
Outros	15.201,20	122.168,17
Juros obtidos	24.635,19	59,27
TOTAL	529.433,03	615.666,39

**17.4. Outros gastos**

	2023	2022
Impostos	34.182,79	10.885,10
Abates	-	881,95
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	138.273,72	119.887,77
Donativos	-	300,00
Quotizações	23.035,79	13.096,20
Outros	22.527,58	62.408,72
TOTAL	218.019,88	207.459,74

17.5. Proposta de aplicação dos resultados

Para o resultado líquido do período, no montante de 793.886,06 euros, o Conselho de Administração propôs que, nos termos legais e estatutários, lhe seja dada a seguinte aplicação:

Descrição	Montante
Resultados Transitados	754.191,76
Reservas Legais	39.694,30
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	793.886,06

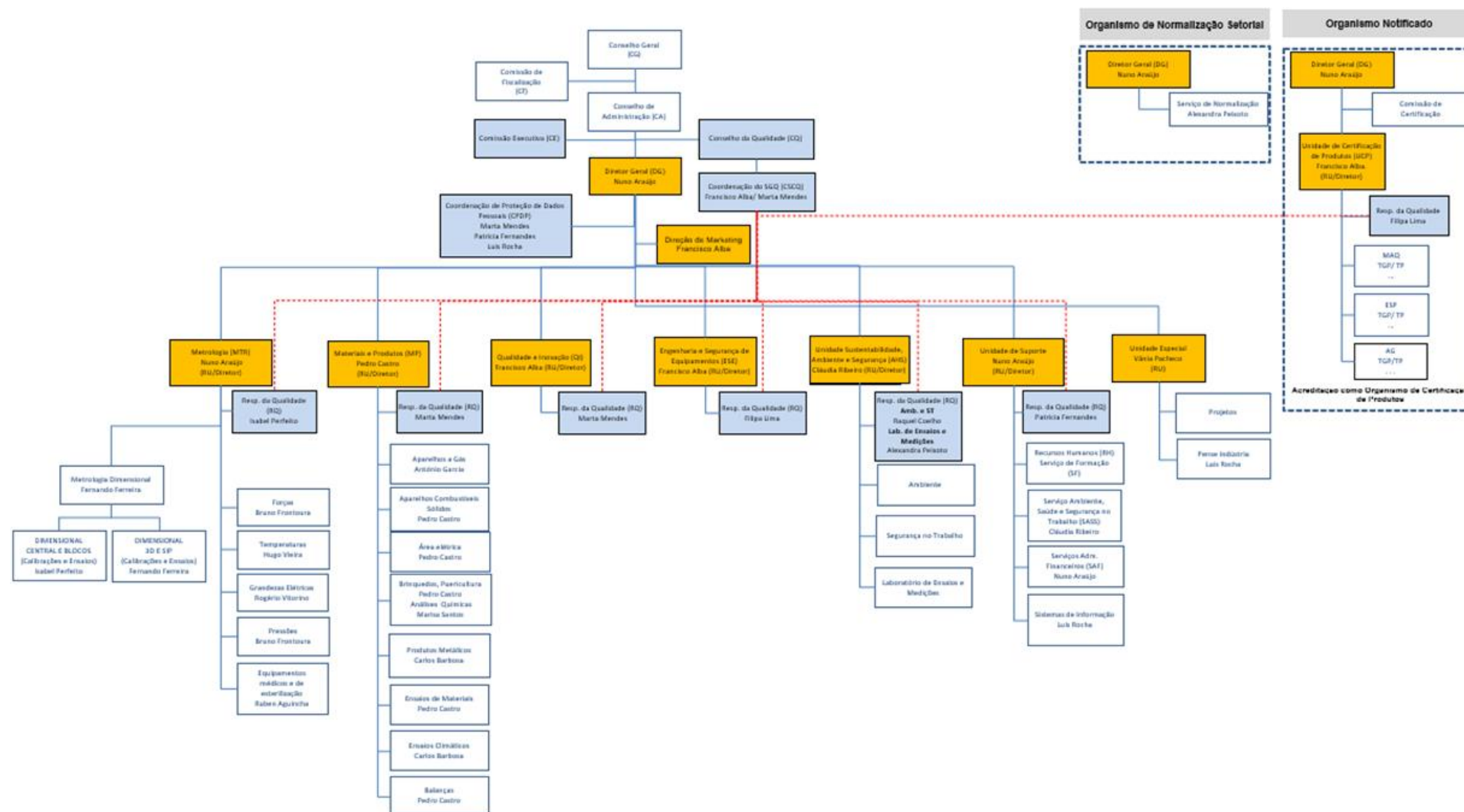
Porto, 05 de março de 2023

O Contabilista Certificado

A Administração



ORGANIGRAMA DO CATIM





ÓRGÃOS SOCIAIS DO CATIM

No que concerne à composição dos Órgãos Sociais no final de 2023:

MESA DO CONSELHO GERAL

Presidente: Élio Sérgio Pereira de Sousa Maia, em representação da Fundação Alto da Lixa, S.A.

Vice-Presidente: António Augusto de Magalhães Gomes, em representação do IAPMEI

Secretários:

Alexandra Maria da Mota Melo Matias Magalhães, em representação da AMC-Alexandrino Matias & C2, S.A.

Mafalda Correia de Sampaio Fortes da Gama Gramaxo, em representação da AIMMAP.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Rui Ferreira Marques, AIMMAP

Vogal: Rafael da Silva Campos Pereira, AIMMAP

Vogal: Paulo José de Lima Martins Couto, BOSCH Termotecnologia

Vogal: Elísio Paulo de Oliveira Azevedo, AIMMAP

Vogal: Helena Maria Monteiro Faria Nunes (*)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Jorge Manuel Silva Duque (**)

José António Filipe Gonçalves, em representação da AIMMAP

Cristina Maria Madail Lourenço Boia, em representação da AIMMAP

(*) Despacho, despacho nº 9174/2022 do Secretário de Estado da Economia e Declaração de retificação 716/2022 da Secretaria - Geral

(**) Despacho nº 9171/2022 do Gabinete do Secretário de Estado da Economia



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da CATIM – Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 15 281 953,38 euros e um total de capital próprio de 8 670 757,33 euros, incluindo um resultado líquido de 793 886,06 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da CATIM – Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
-

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal
TEL: +351 22 903 93 71 EMAIL: geral@hlb.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €15.000,00 - NIPC 504 096 664
Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda, pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.



CATIM - Centro de Apoio Tecnológico à Indústria
Metalomecânica
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2023

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal
TEL.: +351 22 903 93 71 EMAIL: geral@hlb.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €15.000,00 - NIPC 504 096 664
Santos Vaz, Trigo da Mota & Associados, SROC, Lda, pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.



CATIM - Centro de Apoio Tecnológico à Indústria
Metalomecânica
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2023

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 11 de março de 2024


SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
(SROC n.º 155 e registada na CMVM com o n.º 20161465)
Representada por João Manuel Trigo de Moraes
(ROC N.º 881 e registado na CMVM com o n.º 20160501)

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal
TEL.: +351 22 903 93 71 EMAIL: geral@hlb.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €15.000,00 - NIPC 504 096 664
Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda, pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.